



Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se, pelas dezanove horas e vinte e três minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião extraordinária da Câmara Municipal de Setúbal, de acordo com o Edital n.º 182/2023, sob o registo n.º 1.

A reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes a Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) e os Srs. Vereadores Fernando Miguel Catarino José (PS), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 2.

### **Ordem de Trabalhos**

- 1. Deliberação n.º 1107/2023 – Proposta n.º 063/2023/GAP - Proposta da 1.ª Alteração ao Regulamento dos Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Município de Setúbal – SMS – RETIRADA**
- 2. Deliberação n.º 1108/2023 – Proposta n.º 064/2023/GAP - Tarifário de abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Urbanos no Concelho de Setúbal para 2024 – SMS**
- 3. Deliberação n.º 1109/2023 – Proposta n.º 065/2023/GAP - Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Setúbal 2024 – SMS**
- 4. Deliberação n.º 1110/2023 – Proposta n.º 066/2023/GAP - Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Setúbal 2024 - SMS**
- 5. Deliberação n.º 1111/2023 – Proposta n.º 449/2023 – DAF/DICOR - Derrama 2024**
- 6. Deliberação n.º 1112/2023 – Proposta n.º 450/2023 - DAF - Zonas de pressão urbanística/majorações.**
- 7. Deliberação n.º 1113/2023 – Proposta n.º 451/2023 - DAF – Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2024 (2025/2026/2027/2028)**

- 1. Deliberação n.º 1107/2023 – Proposta n.º 063/2023/GAP - Proposta da 1.ª Alteração ao Regulamento dos Serviços de Abastecimento de Água e de**

## **Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Município de Setúbal – SMS (RETIRADA)**

O Sr. Presidente propôs que a proposta fosse retirada da ordem de trabalhos, não tendo havido oposição.

### **2. Deliberação n.º 1108/2023 – Proposta n.º 064/2023/GAP - Tarifário de abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Urbanos no Concelho de Setúbal para 2024 – SMS**

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** - Apresentou a proposta [conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 3 e 4] e fez a seguinte intervenção: *“Só queria juntar mais algumas notas relativas a esta proposta. Houve uma possibilidade de haver uma conversa bastante esclarecedora e ilustrativa sobre este tarifário - e a pretexto, também, do Plano de Atividades e Orçamento que iremos ver a seguir, e, também, do Quadro de Pessoal -, com os partidos da oposição desta Câmara, no quadro do Estatuto da Oposição.*

*Fizemos uma primeira reunião, no quadro do Estatuto da Oposição, para discutir o Orçamento da Câmara e Serviços Municipalizados e o tarifário. Fizemos com todos os partidos da Assembleia Municipal e da Câmara, mas, depois, fizemos uma reunião específica só com os partidos da oposição da Câmara, PS e PSD, para ainda clarificar melhor toda a situação financeira dos Serviços Municipalizados e este tarifário.*

*A informação que foi dada é a informação total disponível dos serviços, sobre a situação financeira, sobre os custos, sobre os meios disponíveis, sobre o impacto do tarifário e sobre o impacto da aprovação desta proposta tarifária e o impacto da não aprovação desta proposta tarifária.*

*O que se faz, nesta proposta, de certa forma, é manter a distância da redução de 20 por cento dos custos da água e saneamento aos nossos municípios, ajustando a inflação, e uma proposta de um ligeiro acréscimo sobre esse valor, para os resíduos. Isto é, a taxa de inflação do ano anterior (8,1%) e mais 7% por cento sobre esse valor, para os resíduos.*

*O que está aqui em causa é o funcionamento dos Serviços Municipalizados e é a sua autonomia financeira. Foi para isso que os Serviços foram criados, para terem a capacidade de resolver os problemas da água e saneamento, desenvolvendo processos de qualidade e de excelência, quer na água, quer no saneamento, quer nos resíduos, sem que isso crie qualquer implicação para a vida económica da Câmara.*

*Os Serviços Municipalizados vivem, por definição, do tarifário. Têm gestão empresarial e têm que ter equilíbrio nas suas três operações autónomas: Custos e proveitos na água e resultados desse setor, custos e proveitos do saneamento e resultados desse setor, custos e proveitos dos resíduos e resultados desse setor. Seguindo as normas da ERSAR, em relação aos tarifários, os tarifários devem, em princípio, cobrir integralmente os custos destas operações e é esta a filosofia destas operações.*

*Para complementar a necessidade deste ajustamento tarifário, só dar nota do seguinte: De 2022 para 2023, o custo da energia mais que duplicou, passou de 600 mil para 1 milhão e 200 mil. Neste momento, prevemos uma ligeira baixa do custo de energia, de 7 por cento. Isto quer dizer que é uma baixa de energia em que o custo da energia se mantém a um nível completamente diferente daquilo que foi o histórico de toda a exploração de água e saneamento no nosso território.*

*Também [há que contar com] os custos da Simarsul. A Simarsul aumentou os seus custos em 10 por cento - a sua tarifa é de 10 por cento - e os custos vão disparar de 4 milhões e meio para 5 milhões e qualquer coisa.*

*Também [há que contar com] os custos associados à renovação da frota. Nós investimos, neste ano, cerca de 1 milhão em renovação de frota. Vamos ter que voltar a investir outro*

*milhão em renovação de frota e outros equipamentos, contentores e outros equipamentos, estações de serviço associadas à recolha de resíduos, etc.*

*Também temos um projeto de bio resíduos que implicou um investimento fortíssimo, para fazê-lo porta a porta. Esse processo tem vindo a evoluir desde 2021 e continua. Recentemente, anunciei na reunião da Câmara um projeto de bio resíduos para recolha porta-a-porta na restauração. Isso implicou duas viaturas e duas equipas. Vamos ampliar essa solução e isso implica mais recursos humanos, mais meios, mais viaturas. Entretanto, temos em cima da mesa o PERSU (Plano Estratégico para a Recolha de Resíduos Urbanos), que vai ter tradução no PAPERSU de Setúbal e no PAPERSU da Amarsul.*

*Aquilo que nos foi dito pela Amarsul - creio que já aqui falei nisso – é que a Amarsul entende que o tarifário deverá subir até aos 150 euros por tonelada ou acima disso, a breve prazo, para dar resposta ao PAPERSU da Amarsul, esquecendo que o PAPERSU de Setúbal também vai carecer de aumento de custos, e o que nos foi informado é que esse crescimento de custos do lado da Amarsul vai ser todo resolvido à custa da tarifa. Que quer dizer que vamos ter aqui um problema tarifário bastante complexo.*

*Só para terem uma ideia, aquilo que eu aqui acabei de dizer tem que ver com a gestão dos Serviços Municipalizados e tem que ver com a operação dos Serviços Municipalizados e a sua autonomia. Ninguém tinha referido um outro aspeto complementar, que é um custo que está do lado do Município, neste momento, que é o custo do tratamento. Este ano está no valor de 4 milhões, no próximo ano estará no valor de cerca de 6 milhões e é um custo que não tem qualquer cobertura tarifária. Com a tarifa aqui proposta, vamos ter, no Município de Setúbal, um défice no próximo ano de cerca de 6 milhões e um défice, nos Serviços Municipalizados, nos resíduos, no valor de 1 milhão. Se não for aprovado este tarifário, teremos um défice global, não nos resíduos, mas água, saneamento e resíduos, nos Serviços Municipalizados, de 1 milhão de euros. Portanto, é só para ficarmos com uma ideia mais clara.*

*Em relação à questão da Amarsul, convinha recordar o seguinte: A Amarsul aumentou o seu tarifário, de 2019 para a atualidade, de 20 euros e 48 cêntimos, depois aumentou para 29 em 2020 (29,70 euros, um aumento de 45 por cento), depois aumentou, em 2021, para 32,78 euros (um aumento de 10 por cento), depois aumentou, em 2022, para 43,58 euros a tonelada (um aumento de 33,4 por cento), em 2023 aumentou para 60,58 euros (um aumento de 39 por cento). Previu a ERSAR um aumento de 77 para 77,04 euros a tonelada de deposição em 2004 - seria um aumento de 27,2 por cento -, mas a Amarsul já notificou os seus municípios associados que apresentou uma proposta à ERSAR no valor de 89,55, não os 77,04, mas 89,55 euros. Isso dispara o custo para mais de 6 milhões, o que quer dizer que, entre 2019 e hoje, a tarifa da Amarsul, se se aplicar a tarifa de 77,04 euros, aquela que estava prevista, aumenta 376 por cento e, se se aplicar a tarifa de 89,55 euros, aumenta 437 por cento*

*Nós estamos aqui a colocar a possibilidade de garantir um impacto não tão negativo nos Serviços Municipalizados quanto aquele que esta situação provoca, através de um aumento de 15 por cento, e, depois, podemos ver o que é que isso representa em valor numérico. Aliás, já foi explicado aos vários partidos, qual é o valor numérico de cada uma das 3. Isto, como digo, não resolve sequer o défice dos Serviços em resíduos e, muito menos, cobre o défice brutal que está em cima da Câmara à conta dos resíduos.*

*Portanto, para terem uma ideia em termos de gráfico, isto que aqui está – creio que dei isto a todos os partidos -, é um gráfico que mostra o crescimento absolutamente exponencial dos custos. Este gráfico que aqui está a cor laranja será os 89 por cento, este azul, aqui em baixo, será os 77 por cento. Portanto, é uma coisa absolutamente absurda, que não tem qualquer fundamentação na operação económica do tratamento de resíduos, tem fundamentação numa história que não dá para contar agora aqui, que estamos a apurar em pormenor, com vários momentos de alteração dos regimes e soluções tarifárias, para garantir os lucros da Amarsul.*

*Amarsul, como vocês sabem todos, é uma entidade detida a 51 por cento pela EGF, que é detida a 100 por cento pela Mota Engil, que detém estes lucros brutais. Só este ano e no 1.º*

*semestre, a Mota Engil anunciou, na área dos resíduos, lucros na ordem dos 16 milhões. Portanto, é isso que está a acontecer, é uma transferência absolutamente brutal de meios e recursos dos municípios e dos municípios para uma entidade privada, sem qualquer lógica e racionalidade.*

*Aquilo que nós temos vindo a propor é o resgate desta concessão, é a solução deste problema de uma forma séria e consistente e é a capacidade de mudar, radicalmente, o paradigma dos resíduos em Portugal. Nós temos hoje uma situação única. É o único país europeu desenvolvido em que os municípios que separam, os municípios que fazem o seu trabalho, não têm um retorno.*

*Nós, neste momento, temos uma situação de separação de resíduos que, depois de valorizados, dão resultados positivos para a entidade que valorize, para quem transporta e para os municípios que fazem a sua respetiva recolha. O que tem que haver é um equilíbrio neste tarifário que permita que os municípios tenham acesso ao valor do seu trabalho.*

*Também em Portugal - e a Amarsul tem esta situação muito agravada, no conjunto do território nacional - recuou drasticamente a recolha de resíduos e a separação de resíduos. As pessoas não querem separar, entendem que não têm nenhum benefício por isso. Tem sido difícil, tem sido uma luta para garantir os nossos municípios de Setúbal e Azeitão e eles têm aderido com alguma percentagem significativa, mas há muitos que dizem “não quero separar”. Portanto, é uma situação que tem que ser resolvida a montante da nossa Câmara e de todas as câmaras - estão todas com o mesmo problema -, pelo Governo, junto da concessão que estabeleceu com a Amarsul.*

*Até lá, temos de mitigar a situação e a proposta que nós aqui trazemos é uma proposta de mitigar a situação e não outra qualquer proposta, resolvendo parcialmente o problema dos serviços, mas deixando, insisto, completamente a descoberto a situação do Município.*

*Queria chamar a atenção para o acréscimo de custos com recursos humanos, que também estão aqui a sobrecarregar a operação. No ponto próprio falaremos melhor disto, mas é só para terem uma ideia. É que nós recebemos nos Serviços Municipalizados a equipa que veio das Águas do Sado muito depauperada de recursos, com equipas que tinham, tradicionalmente, 6 pessoas e estavam com 3, 4 estavam com 1, e estamos a tentar recuperar isto. Recebemos, no mínimo dos mínimos, pelo menos de 28 trabalhadores. Com o aumento das férias do ACEP da Câmara, que nós adotámos, isso equivale a horas trabalhadas de 5 trabalhadores e, com a redução do horário das 40 para as 35 horas, equivale às horas trabalhadas de 10 trabalhadores, o que quer dizer que partimos, no início dos Serviços Municipalizados, com um défice, à cabeça, de 43 trabalhadores na operação água e saneamento.*

*Foi preciso criar novas equipas para tratar das centrais elevatórias, que estavam em tratamento pela AGS em alta, que não transitaram porque não são alta, não transitaram para a Simarsul. Tivemos que reforçar as equipas de bio resíduos, tivemos que resolver o problema dos recursos humanos, que passaram a ter, com a entrada dos resíduos, o dobro ou mais do dobro dos trabalhadores para tratar, e tivemos que reforçar a equipa de recursos humanos, estamos a reforçar a equipa de contratação pública, que não fazia a contratação pública e que agora tem que ser feita, reforçámos o “call center”, estamos a reforçar as equipas para a resposta ao PAPERSU e estamos a fazer um esforço muito grande para garantir que a nossa área operacional responde às necessidades dos municípios, através de um serviço que queremos de excelência, quer na água quer no saneamento quer nos resíduos.*

*Portanto, Sr. Presidente, são estas as questões que tinha para colocar de imediato, deixando claro que este ajustamento tarifário não visa resolver o problema do défice, mas não estrangular os Serviços. É disto que se trata.”*

**Sr. Vereador Joel Marques** – Fez a seguinte intervenção: “É verdade que nós tivemos oportunidade de discutir, e discutir aprofundadamente, todos os números e as operações inerentes àquilo que foi o ano de 2023 e ao que se perspetiva para o ano 2024 os Serviços Municipalizados.

*Tivemos oportunidade de fazer essa reunião conjunta, entre os três partidos que têm assento nesta Câmara Municipal, e, para nós, há uma coisa que foi sempre clara, que é necessário fazer ajustamentos àquilo que são os tarifários. Compreendemos aquilo que é a necessidade, por parte dos Serviços Municipalizados, de fazer um ajustamento mais agressivo, particularmente no que respeita aos resíduos sólidos urbanos, mas também entendemos que o problema dos resíduos sólidos urbanos não se resolve passando o custo para os municípios.*

*Entendemos que esse problema é um problema que só pode ter uma solução política, a solução não é solução tarifária. O problema não é um problema tarifário e essa solução política decorrerá sempre de uma de três soluções: Ou uma reversão da privatização que ocorreu em 2013, coisa que chegou a estar, inclusivamente, em equação em 2015 e que, depois, acabou por não se concretizar, porque aquilo que era o princípio de base dessa proposta não se verificou – alias, já tivemos oportunidade de discutir isso aqui, numa reunião da Câmara extraordinária, mais no início do ano -; uma segunda solução poderia passar, precisamente, pelo resgate da concessão que, neste momento, existe à Amarsul e uma terceira solução poderia, eventualmente, passar - e também ela é uma solução que é eminentemente política - por uma alteração legislativa que permitisse que grupos de municípios entendessem criar estruturas paralelas e sair de uma estrutura que, tendo exclusividade no tratamento dos lixos, atua de uma forma que vai para lá daquilo que é uma atuação monopolista, porque, numa circunstância normal de monopólio, há um prestador de serviços e o consumidor ou consome ou não consome e pode decidir consumir menos, e aqui não há opção.*

*Aqui, a opção é pagar aquilo que é exigido pela Amarsul, pagar aquilo que a EGF entende estipular que é o seu lucro e que é a forma de gerir da Amarsul, particularmente no que respeita àquilo que é o aumento significativo de deposição em aterro, que já tivemos, também, oportunidade de abordar e, portanto, a solução, no que respeita à questão dos resíduos, é uma solução que, em nosso entender, não pode passar por uma sobrecarga dos municípios na tarifação.*

*Relativamente às outras duas operações, nós sabemos que operação da água é uma operação que tem um resultado positivo, apesar de ter, estando no serviço público, um preço que é mais baixo do que aquilo que acontecia quando estávamos perante um serviço concessionado e esse foi, também, um dos argumentos que nos levou a propor, nos últimos anos, que a concessão não fosse renovada e que a gestão da água voltasse à esfera pública. Aliás, foi esse, também, o grande argumento para que isso se concretizasse, para que essa transferência para a esfera pública se viesse a concretizar no final do ano passado, e esta operação, apesar de ter um preço mais baixo, tem um resultado positivo.*

*Nós percebemos que há um aumento de custos e que é necessário, com esse aumento de custos, fazer uma atualização do tarifário e essa atuação tarifária deve estar em linha com aquilo que é o valor da inflação, mas temos uma visão diferente daquilo que é o valor da inflação. Os Serviços Municipalizados apresentam-nos uma proposta que tem por base 8,1, esse 8,1 é o valor da inflação anual de 2022, mas nós entendemos que o valor que deve ser tido em consideração é o valor da inflação homóloga com os últimos dados disponibilizados, que são os dados de outubro, o IHPC de outubro, e que são de 3,2 por cento.*

*Aliás, existe um precedente que é precedente já de há muitos anos, na atualização da Tabela de Taxas e Outras Receitas, que é avaliada a meio do ano, sensivelmente, que é avaliada tendo por base, precisamente, o índice da inflação homóloga disponível. No caso deste ano, nós aprovámos o Projeto de Regulamento e de Tabela de Taxas no mês de agosto e, portanto, tivemos em consideração, nessa atualização, aquilo que era o IHPC disponível do mês de junho que era o mais recente.*

*Eu diria, até, que é incompreensível, neste momento, em que temos uma inflação que tem vindo a decrescer e que tem vindo a aproximar-se dos 3 por cento e que acreditamos que, em breve, estará abaixo deste valor, termos uma atualização que tem por base 8 por cento. Diria que, neste momento, é algo que está perfeitamente desajustado da realidade que vivemos.*

*Vemos, como ponto positivo desta proposta, a introdução de alguma progressividade nos escalões, uma progressividade que tem por base uma tentativa de induzir a redução do desperdício e de consumo excessivo. Vemos isso com bons olhos. Agora, não podemos perceber que, por exemplo, no tarifário social, essa progressividade represente, para além daquilo que é o aumento de 8,09 por cento no 1.º escalão, aumentos de mais de 15 por cento e de mais de 48 por cento nos escalões seguintes. Não podemos aceitar de todo que, quando olhamos para os valores de saneamento, no tarifário social, também, o aumento do 2.º escalão seja de 116 por cento e o aumento do 3.º escalão seja de 178 por cento, e, no tarifário geral dos utilizadores domésticos, que o 3.º escalão tenha aumentos de 39 por cento e o 4.º escalão de 38 por cento.*

*Isto parece-nos que é introduzir proporcionalidade e não racionalidade no consumo, desproporcionalidade nos tarifários. Esta progressividade, não tendo sido introduzida no início, agora tem de ser introduzida de uma forma mais espaçada no tempo e com aumentos que sejam bastante mais progressivos.*

*Mas vimos, também, com algum espanto, que tenham sido introduzidas alterações ao tarifário que hoje aqui nos é proposto face àquilo que nos foi inicialmente apresentado na reunião tripartida que decorreu há uma ou duas semanas. A principal dessas alterações eu diria que é uma redução no tarifário das autarquias. Nós percebemos a necessidade de fazer ajustamentos de valores. Não concordamos com o valor, aquilo que propusemos, enquanto possibilidade de aumento, que era um aumento de 3,2 por cento a partir do 2.º escalão e que não tivesse reflexos, portanto, nem no 1.º escalão nem naquilo que são as tarifas de disponibilidade e que fosse transversal aos três tarifários, foi uma proposta que não foi acolhida e, portanto, não tendo sido acolhida, nós entendemos que a proposta que hoje nos é aqui apresentada não é uma proposta que seja aceitável.*

*Agora, aquilo que nós não percebemos é que haja para os cidadãos, todos eles, sejam famílias numerosas, sejam os cidadãos que beneficiam do tarifário social, sejam as empresas, sejam os utilizadores domésticos, para todos os cidadãos há aumentos e para as autarquias temos uma descida no preço na água na ordem dos 38,32 por cento, e, portanto, eu não sei se é entendimento dos Serviços Municipalizados que as autarquias têm um consumo que é mais rigoroso do que o dos restantes cidadãos ou que as autarquias têm um consumo que é reduzido, face àquilo que é a realidade do consumo no resto da cidade. Agora, achamos que é absolutamente indecoroso que seja proposta uma redução de mais de 38 por cento para as autarquias, que estabelece com o tarifário das autarquias um valor que é inferior ao 2.º escalão, em qualquer um dos outros escalões, quer ao 2.º escalão do consumo dos utilizadores domésticos, que eu diria que a maioria dos cidadãos acaba por pagar, é inferior ao 2.º escalão do tarifário social, é inferior ao 2.º escalão das famílias numerosas, é inferior ao 2.º escalão, também, da tarifa de disponibilidade dos utilizadores não domésticos e é algo que, para nós, numa perspetiva e num cenário que o Sr. Vereador Carlos Rabaçal aqui nos trouxe, num quadro em que, no entendimento dos Serviços Municipalizados, é necessário utilizar as receitas das operações que são rentáveis para compensar aquela que, obviamente, dá prejuízo, que, nesse quadro, se propõem aumentos generalizados e uma redução daquilo que é o tarifário das autarquias.*

*Dizer, também, para finalizar, que, apesar do aumento que aqui nos é apresentado - o senhor Vereador teve oportunidade de nos apresentar, por parte da Simarsul, que representará 500/600 mil euros -, a Câmara Municipal de Setúbal, enquanto acionista da Simarsul, recebe - é o que está orçamentado, vamos discuti-lo daqui a pouco - recebe, praticamente, 5 milhões de euros de dividendos da operação da Simarsul e esse montante é o montante...*

*(Bom, é aquilo que consta do documento, Sr. Vereador Carlos Rabaçal, é o que consta no Orçamento, no documento do Orçamento que nós vamos avaliar daqui a pouco e, portanto, se é um valor que não corresponde à realidade os senhores saberão porque que o terão inscrito no Orçamento.)*

*A verdade é que nós entendemos que esse valor é um valor que, sendo recebido, deve, naturalmente, ser aplicado, exclusivamente, naquilo que é a operação de saneamento, reduzindo, por aí, também, os encargos que são alocados aos municípios e tentando,*

*também, por aí, encontrar outras formas de equilibrar a operação que não seja um aumento tão significativo como aquele que hoje aqui nos é proposto.”*

**Sr. Presidente** – *“Obrigado, senhor Vereador. Suponho que o Sr. Vereador Carlos Rabaçal quer responder às questões colocadas. Faz favor.”*

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – *“Obrigado, Sr. Presidente. Vamos lá a ver, Sr. Vereador Joel Marques. Vamos lá ver as várias questões que colocou, está bem?”*

*Em primeiro lugar, é preciso perceber que não entendo que seja transferir e sobrecarregar os municípios com as taxas de resíduos, quando temos um aumento de 376 por cento ou 437 por cento e fazemos um aumento de 15 por cento que, nalguns casos, em números faciais, corresponde a 3 cêntimos, 4 cêntimos ou 5 cêntimos. Portanto, eu acho que é importante saber isso, as pessoas que nos estão a ouvir, porque, quando se fala em percentagens, 15 por cento é muito dinheiro, mas, depois, nalguns casos, são 0,0 qualquer coisa por cento.*

*Portanto, é preciso ter em conta isso, porque, senão, é difícil nós sabermos do que é que estamos a falar, mas não me parece que seja transferir. Não é, de todo, porque transferir seria fazer um aumento para cobrir os Serviços Municipalizados de 35 por cento e, fazer um aumento para cobrir os custos da Câmara e dos Serviços de 136 por cento. Isso sim, isso era transferir. Não é verdade que se esteja a transferir o esforço para cima dos municípios.*

*Não é verdade e também é verdade que é possível fazer um esforço - que o PS já devia ter feito ou podia ter feito - de acabar com esta concessão, quando teve oportunidade de não renovar a concessão e renovou, o que quer dizer que estamos, aqui, numa situação - como há pouco disse - que está a montante da Câmara e dos municípios e que tem que ser resolvida, mas há a gestão diária dos municípios e nós temos que garantir água de qualidade e de excelência. Não queremos que aconteça em Setúbal o que aconteceu nos municípios do Norte, envolvendo vários partidos que aqui estão, em que a água está a ser fornecida, sem sequer ser fiscalizada, às pessoas, podendo criar doenças e podendo criar morte de pessoas. É só ver a notícia e quem são os municípios.*

*Nós não queremos isso. Nós queremos um serviço de excelência na água, um serviço de excelência no saneamento e um serviço de excelência nos resíduos e isso só é possível fazer com meios e recursos, senão entramos numa lógica do Milei, do senhor da Argentina: Não há Estado e cada um arranja a água, cada um trata dos lixos como puder, etc. A história do “OK, o Estado tem que funcionar”, mas que não tem meios para funcionar, neste caso é o Município ou os Serviços Municipalizados, têm que funcionar, mas não têm meios para funcionar, como é que se faz isto? Eu acho que isto é uma questão de responsabilidade política básica, mas isto só para dizer que, em relação à dimensão do que estamos a falar, enfim, isto é uma questão.*

*Outra questão é que, de facto, a água tem resultados positivos, apesar de ter reduzido 20 por cento, e esses resultados positivos são para investir na água, senão deixamos de ter água, e há falta de verbas nos resíduos. Este ano tivemos que pôr o dinheiro da água nos resíduos: Um milhão. Logo, estamos a perturbar a capacidade de resposta na água e isso não é aceitável. No próximo ano serão 2 milhões se não se fizer nada e há um défice global já, a água já não cobre os resíduos. Então, temos um défice global dos serviços de 1 milhão. Quem cobre? A Câmara? No fim da exploração? É isso que os senhores estão a propor? Pronto, isto é outra questão.*

*Já agora, convinha também dizer o seguinte: Nós fizemos as contas ao que seria hoje, com a inflação que existiu, aplicando a fórmula das Águas do Sado e com o aumento de energia e dos custos de pessoal, o que é que seria a tarifa das Águas do Sado. Seria 40 por cento acima da tarifa de 2022, obrigatório, do contrato. Íamos cumprir o contrato e tínhamos que aumentar a tarifa, senão tínhamos que indemnizar as Águas do Sado. Agora, a questão que se coloca é a questão de termos esse contrato e é interessante verificar que, para esse contrato, o PS sempre deu, para o contrato com os municípios, fazer um serviço de excelência na água, no saneamento e nos resíduos, já não dá. Para o contrato dos lucros das Águas do*

*Sado, que atingiram mais de 100 milhões em 25 anos, o PS deu e agora acha que não deve dar. Agora, de repente: “Alto com os munícipes!” É interessante, essa mudança de atitude. Portanto, eu acho que há aqui uma questão que também tem que ver com a inflação do ano anterior. O que é normal, nos serviços públicos ou em qualquer instituição, é atualizar a inflação verificada no ano anterior. Nós, no ano de transição, utilizámos um outro método de trabalho. O que é regular e é normal é o que nós estamos a fazer, este ano e no ano seguinte e no ano seguinte. Nós não estamos a meio do ano, estamos no final do ano e é nessa altura que se fazem as coisas. Portanto, a inflação foi esta, a verificada, e é com esta que trabalhamos e que é segura. O resto são hipóteses, são comparações voláteis. Nós fizemos isso assim e no período de transição, tivemos de encontrar uma solução. Portanto, eu acho que a situação regular é esta.*

*Depois, em relação à tarifa social, é preciso ter em conta o seguinte: Estão aqui consumos de 25, de 30 metros cúbicos, não-sei-quê, estão aqui coisas por aí acima, mas a tarifa social é só até aos 15 metros cúbicos. Se nós formos ver - posso pedir ajuda, depois, ao Sr. Dr. João Martins, para explicar isso -, mas, se formos ver, é na tarifa social, na variável anda nos 0,02 por cento de aumento, 0,02 por cento do euro. São cêntimos, 0,02 cêntimos. É disto que estamos a falar. Inaceitável.*

*Outra questão é uma coisa que não tem qualquer referência. Agora, em relação à Câmara, eu acho interessante. É que o senhor Vereador leu e leu bem, mas é preciso explicar isso bem, porque é o seguinte: Durante muitos anos, a tarifa da água do Município era um número praticamente inexistente, era um valor muito baixo, muito baixo mesmo. Com a alteração do tratamento tarifário, por parte da ERSAR, entre doméstico e não doméstico, a tarifa da Câmara caiu no não doméstico e a tarifa da Câmara dobrou. Quando nós baixamos para toda a gente - os que andam para aí a referir -, quando nós baixamos para toda a gente 20 por cento na tarifa a tarifa da Câmara aumentou 100 por cento. E o que nós estamos agora a fazer é criar uma situação de maior equilíbrio. Não é na redução, porque, se ler o resto, vai ver o seguinte: Nós tínhamos uma situação com as Águas do Sado em que as Águas do Sado cobravam a água à Câmara e cobravam o saneamento a toda a água, incluindo à da rega, que é a maior quantidade de água que a Câmara consome. Então, atribuía-se tratamento de saneamento à rega, que é uma coisa sem pés nem cabeça.*

*Nós acabamos com isso. Então, ficou só mesmo a água, saiu o custo da rega em termos de saneamento, mas há uma coisa que nunca se pagou ao longo desses anos todos nos Serviços Municipalizados, nem durante as Águas do Sado. A Câmara nunca pagou resíduos urbanos indexados à água. Então, o que é que nós fizemos? Foi tornar isto mais equilibrado, retiramos 35 por cento do custo da água e esse custo foi imputado aos resíduos. Portanto, a Câmara paga hoje a mesma coisa que pagava antes, sem qualquer redução. É isso que se passa. Portanto, com uma leitura mais funda, vai verificar que é exatamente assim. Posso-lhe dar os cálculos, as contas todas, as fórmulas e fica a perceber que é assim.*

*Portanto, não há nenhuma quebra do financiamento dos Serviços por parte da Câmara, há a estabilização, há é um ajustamento, porque, se a água da rega não provoca saneamento a das escolas e de outros edifícios provoca saneamento e está bem. E, se a água da rega não provoca resíduos, a água das escolas e dos equipamentos provoca, também custa resíduos. Portanto, é equilibrar a coisa assim, foi uma coisa que nós fizemos.*

*Em relação à Simarsul, eu não me ri, porque é assim, aquilo alguém há-de explicar isso, no ponto próprio, mas há um valor que cada município tem na Simarsul, que nunca foi distribuído. Portanto, é um potencial que existe, mas que, de uma forma sistemática, a Assembleia Geral de Acionistas tem decidido não distribuir, e não vai distribuir tão cedo, creio eu, tendo em conta as contas da Simarsul e tendo em conta as necessidades de investimento da Simarsul, não vai distribuir. O que quer dizer que não vale a pena também utilizar esse potencial de receita, que é uma questão contabilística, neste momento, para justificar que “há ali um dinheiro, vão lá buscá-lo se quiserem”.*

*Isto não é assim, como sabe, não é assim que funciona. Portanto, são dividendos de uma empresa e esses dividendos a Assembleia Geral decide o que lhes fazer e decide quando distribui ou não distribui e tem decidido não distribuir - e bem! -, porque é necessário que*



*aquela operação funcione e com essa distribuição teria mais dificuldades, não só com os nossos 5 milhões, mas com os milhões que iria distribuir a todos os outros.*

*Aliás, o que aconteceu com a Amarsul, quando foi privatizada, é que tinha dividendos a distribuir, de 6 milhões, que os municípios não aceitaram distribuir e decidiram reinvestir e que a Amarsul privatizada decidiu distribuir e descapitalizou completamente a Amarsul, que passou a ter prejuízo o tempo todo, até há 2 anos atrás. Portanto, é só para dar nota disto, porque não há, de facto, essa almofada teórica que aí está e que o senhor referiu. Portanto, em relação à questão que nos colocou, era só colocar isso.*

*Em relação à questão mais larga da Amarsul é outra discussão, temos que fazê-la noutra sítio e eu espero que o PS esteja disponível para essa discussão séria e profunda, para reverter uma situação que é escandalosa e que não faz sentido nenhum. É pior que a situação das Águas do Sado, que era péssima. Não sei o que é que é pior que péssimo, mas a Amarsul é uma situação inaceitável. Pronto, era isto, Sr. Presidente.”*

**Sr. Presidente** – *“Obrigado, senhor Vereador. Sr. Vereador Fernando Negrão, faz favor.”*

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – *“Muito obrigado, Sr. Presidente. Queria começar por dizer que esta é uma matéria de grande complexidade e de grande complexidade técnica, mas, o mais preocupante, é, de facto, o aumento que a Amarsul pretende introduzir nos consumos relativamente aos resíduos sólidos urbanos e é este o problema mais preocupante.*

*Antes de fazer a minha intervenção, queria deixar aqui 2 perguntas ao Sr. Vereador Carlos Rabaçal. A primeira é se existe uma relação contratual entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Amarsul e que relação contratual é essa e a segunda é se esta questão que foi aqui discutida e o Sr. Vereador Joel Marques referiu que não era propriamente um problema tarifário, mas, sim, um problema político, se já chegou ao nível da Associação Nacional de Municípios e se aí já houve discussão e se há alguma posição tomada pela Associação Nacional de Municípios.”*

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – *“Obrigado, Sr. Vereador Fernando Negrão. Em relação à Câmara e à Amarsul a operação de resíduos tem dois componentes, tem a componente recolha, transporte e entrega, que é a operação clássica, e tem a operação de tratamento, que é a operação em alta, que faz a Amarsul. A operação recolha, transporte e entrega faz parte das atribuições específicas dos Serviços Municipalizados e está vertida no seu regulamento.*

*A operação tratamento é uma operação exclusiva da Amarsul, que tem uma relação direta e exclusiva com as câmaras, que são os seus acionistas, com quem estabelece um contrato chamado contrato de recolha. Esse contrato é o que estabelece a relação contratual da Câmara com a Amarsul. É possível, diz esse contrato, ceder essa posição contratual a outras entidades, desde que haja acordo com a entidade para quem se quer transferir, acordo da Câmara e o acordo da Amarsul, trata-se de uma cedência contratual.*

*Neste momento, a situação está a ser gerida no quadro do contrato que a Câmara tem com a Amarsul. Podia acontecer como acontece com a Simarsul, onde o quadro é exatamente o mesmo. Os Serviços têm, no seu regulamento as suas atribuições, fazer a captação de água, o seu encaminhamento e distribuição e tem também, como objeto, fazer a recolha, transporte e entrega a destino final do saneamento, do esgoto doméstico, que é entregue à Simarsul. A Simarsul também tem um contrato com a Câmara, obrigatório, por causa da Simarsul ser entidade exclusiva e só funcionar com câmaras.*

*O que é que acontece em relação à Simarsul? Como a água produz valor suficiente para garantir a operação e os custos da Simarsul, houve uma cedência da posição contratual da Simarsul aos Serviços Municipalizados, que, em vez de mandar dinheiro para a Câmara, para a Câmara pagar à Simarsul, paga diretamente à Simarsul.*

*No caso da Amarsul acontece a situação inversa. Isto é, o tarifário dos resíduos não cobre, sequer, a operação de recolha, transporte e entrega - tem um défice de 2 milhões no próximo ano, se não houver este ajustamento tarifário, se houver este ajustamento tarifário fica com*

*um défice de 1 milhão –, e, além disso, não cobre, também, o custo do tratamento, que, neste momento, está do lado do Município, o que dizer que, somando custos do Município e custos dos Serviços Municipalizados, neste momento, os resíduos dão um défice de 5 milhões e, no próximo ano, darão um défice que andarà à volta dos 8 milhões. Esta é que é a situação que temos. Portanto, o contrato é com a Câmara, certo?*

*Outra questão. Em relação à Associação de Municípios, talvez o Sr. Presidente pudesse falar um pouco sobre isso, porque estive no Congresso da Associação Nacional de Municípios, em que se falou da TGR (Taxa de Gestão de Resíduos) e de outras matérias. Eu próprio o que posso falar é que, enquanto representante dos municípios suplente - nós somos suplentes, o Município é suplente -, neste caso, enquanto vereador suplente na representação do Conselho Consultivo da ERSAR, onde o Município da Póvoa de Varzim é o município representante efetivo, participei numa reunião do Conselho Consultivo da ERSAR e tive oportunidade de falar com o representante efetivo, o Sr. Presidente da Câmara da Póvoa de Varzim, ao qual propus que pudéssemos fazer uma reunião no quadro da Associação de Municípios, eventualmente criar mesmo uma secção na Associação de Municípios sobre esta matéria.*

*Ele esteve de acordo com a ideia, falou com a Sra. Presidente e ligou-me uma hora depois: “Ela está de acordo e vai providenciar no sentido de criar essa secção, para nós podermos estudar, no quadro da Associação de Municípios, essa matéria”. Portanto, o que eu lhe posso dizer é que na Associação de Municípios há um responsável por essa matéria, mas não há uma equipa que trate desse assunto. Foi proposto criar uma equipa, houve acordo desse responsável, do Sr. Presidente da Câmara da Póvoa de Varzim, e, disse-me ele, transmitiu-me, que houve acordo da Sra. Presidente da Associação de Municípios Portugueses, também, de fazer esse caminho.*

*Também sei, mas talvez o Sr. Presidente possa falar melhor sobre isso, de outros movimentos que têm sido na Associação de Municípios à volta desta matéria, mas nós, também aqui, ao nível da AMRS, também estamos a fazer movimentos nesse sentido, em relação à Amarsul. Também sabemos que ao nível de várias outras áreas que não aqui, na AMRS, já houve movimentos. Houve mesmo ações em tribunal e estão, neste momento, três sistemas já em movimento, para pôr em causa, digamos, as concessões deles à EGF, porque é preciso perceber o seguinte: Nós, quando falamos no regresso da concessão não estamos a falar na nacionalização da EGF. Pode ser, alguém pode propor isso, não interessa para nada. O que nos interessa é que esta concessão não funciona tem de se regressar e a EGF faz a sua vida.*

*Se outras concessões funcionarem, muito bem, mas já sabemos de 1, 2, 3 que não funcionam, a nossa é a 4.ª, ou que há grandes protestos. Elas são 11. 4 em 11, a coisa está a crescer. Portanto, a questão que se coloca é que nós precisávamos, então, de ir mais longe nessa matéria, mas, regressando, então, à Câmara e à Amarsul, há um contrato, esse contrato está a funcionar e esse é que dá esta relação tarifária e é só municípios. O que posso dizer, neste momento, é isto.”*

**Sr. Presidente** – *“Sr. Vereador Fernando Negrão, faz favor.”*

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – *“Muito obrigado, Sr. Presidente. Suscitou-me agora, aqui, uma nova pergunta e eu acho que é de pergunta em pergunta que nos vamos esclarecendo, que é a seguinte: Eu falei com vários presidentes de câmara sobre esta situação, para saber o que outras câmaras faziam nesta área e a conclusão a que cheguei é que há câmaras que assumem este aumento e não o fazem repercutir no consumidor e há outras câmaras, obviamente, que não têm o “poder económico” que têm as primeiras, que fazem refletir estes aumentos no consumidor.*

*O Vereador Carlos Rabaçal referiu aqui que, a não se fazer isso, ou seja, repercutir no consumidor, poderemos chegar a uma situação de estrangulamento dos serviços. Foi esta a frase que usou.*

*Eu perguntava-lhe, pedia-lhe que concretizasse o que é o estrangulamento dos serviços e se o orçamento da Câmara não podia minorar, ou mesmo evitar, esse estrangulamento. Muito obrigado.”*

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – *“Senhor vereador, a criação dos Serviços Municipalizados foi para evitar, exatamente, esse envolvimento da Câmara neste processo, porque a maioria dos municípios não tem serviços municipalizados. Há nove serviços municipalizados no país inteiro, a maioria não tem. Então, os serviços de resíduos, de águas e de saneamento correm nas estruturas normais dos municípios, portanto, e há uma despesa da Câmara global, embora devesse ser uma atividade ela própria autossustentável, em todos os casos.*

*O que é que acontece na maioria dos municípios? Os municípios assumem nas suas contas, e de acordo com as suas fontes de financiamento, assumem os custos. Muitos deles fazem aumentos, também, vão gerindo pequenos aumentos, etc. Vão gerindo e vão internalizando, não internalizam nunca tudo. Internalizam muita coisa, mas não conheço nenhum município que internalizasse tudo, mas vão internalizando alguma coisa, e nós também estamos a internalizar muito pouco, não é? É o que estamos aqui a dizer.*

*Agora, os Serviços Municipalizados têm autonomia financeira e autonomia administrativa e essa autonomia é-lhes dada pelo tarifário. Quando digo “o estrangulamento dos serviços” é a sua incapacidade de laborar. É evidente que, no final de cada serviço, de cada exercício, se os resultados forem negativos, diz a lei, que o município tem que cobrir, mas o nosso problema não é esse. O nosso problema é durante o exercício, é ter capacidade para trabalhar ao longo do ano, não é no final do ano. No final do ano, ficamos parados o ano inteiro e, depois, no fim do ano, somos ressarcidos de qualquer coisa.*

*Isso não existe e eu insisto no seguinte: Nós procurámos e estamos a trabalhar intensamente para ter um serviço de excelência na água, um serviço de excelência no saneamento e nos resíduos. Os setubalenses e os azeitonenses merecem isso e isso não é pedir muito, garantir que os Serviços estão equilibrados e fazem bem a sua função, porque, senão, escusávamos de ter criado os Serviços Municipalizados.*

*Esta lógica dos Serviços Municipalizados serve para garantir uma autonomia desta resposta e não depender de terceiros, a não ser que, enfim, no limite, haja um problema. Mas a questão das contas é para situações supervenientes, estranhas, ou má gestão ou outra coisa qualquer. Pode acontecer o Município ir acorrer, não existem os Serviços para andar de chapéu na mão a pedir ajuda para poder funcionar. Isso não existe, não faz sentido, não é?*

*Portanto, é neste sentido que nós estamos a colocar esta questão e, insisto, mantendo um défice de 1 milhão de euros dentro dos Serviços e não respondendo, nem de perto nem de longe, rigorosamente nada, ao défice que está a existir dentro da Câmara, com o tratamento, que é, digamos, uma internalização brutal para esta Câmara. O senhor conhece bem as contas da Câmara, conhece bem a situação que temos e internalizar estes custos é, para este Município, um esforço absolutamente titânico.”*

**Sr. Presidente** – *“Faz favor, senhor vereador.”*

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – *“Muito obrigado, Sr. Presidente. Bom, eu tive uma reunião com quem tinha a concessão das águas antes dos Serviços Municipalizados e eles também me falaram na criação de um serviço de excelência, mas, enfim, isso é outra história que já passou à história, não vale a pena estar a falar nela.*

*Agora, relativamente à questão da autonomia administrativa e financeira de que os Serviços Municipalizados gozam, ainda bem que têm essa autonomia. Isso é importante para o funcionamento e para a gestão dos mesmos.*

*Agora, quando nós falamos em aumento de tarifas, em aumentos substanciais, como há aqui e temos falado neles, nós perguntamos: Quando os Serviços Municipalizados não tiverem verbas para satisfazer esses aumentos, quem é que arca com a respetiva responsabilidade? Não são os Serviços Municipalizados. As pessoas não vão responsabilizar os Serviços Municipalizados ou fá-lo-ão num primeiro momento, mas o responsável, para o cidadão, é*

*sempre a Câmara Municipal, quer queiramos quer não, e, portanto, nós temos que começar a raciocinar aqui em que termos?*

*O senhor vereador diz-me que, no dia a dia da gestão dos Serviços Municipalizados, é impossível que haja aqui uma relação de proximidade com a Câmara, no sentido de, orçamentalmente, serem “desviadas” verbas para os Serviços Municipalizados, mas eu não vejo que haja grandes dificuldades nisso, uma vez que o último responsável é sempre a Câmara Municipal e convém que se evite essa responsabilização.*

*Por outro lado, eu compreendo o que o Sr. Vereador Carlos Rabaçal quer dizer quando fala na criação de um serviço de excelência. Agora, a criação de um serviço de excelência, para si, pode ser uma coisa, para mim pode ser outra, para o Sr. Presidente pode ser outra e nós não sabemos bem qual é a dimensão de um serviço de excelência. Vai até quê? Até 5 milhões de euros para si, até 3 milhões de euros para mim, até 2 milhões e meio para o Sr. Presidente da Câmara?*

*É sempre muito subjetivo e esta subjetividade leva a que este argumento seja um argumento pouco sólido, porque não é um argumento preciso para as nossas contas. E, para já, ficava por aqui.”*

**Sr. Presidente** – *“Sr. Vereador Joel Marques, faz favor.”*

**Sr. Vereador Joel Marques** – *“Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito rapidamente, em resposta àquilo que foi a primeira intervenção do Sr. Vereador Carlos Rabaçal, na sequência da minha intervenção e dos comentários que aqui teci sobre a proposta que aqui nos é apresentada, eu devo recordar ao Sr. Vereador Carlos Rabaçal que, no mandato de 2009-2013, houve uma renegociação do contrato de concessão com as Águas do Sado e, portanto, esse era o momento para que o executivo, à data...*

*Não me recordo se o senhor vereador já o integrava, ou não, mas esse foi o momento para que o executivo, à data, pudesse, junto do concessionário, colocar em cima da mesa uma alteração às regras de atualização tarifária e isso não aconteceu.*

*Portanto, se, com base naquilo que seria o tarifário das Águas do Sado, nós, hoje, estivéssemos perante um aumento mais significativo do que aquilo que aqui nos é trazido - enfim, que vai até aos 48 por cento nos últimos escalões -, se estivéssemos perante esse nível de atualização, teríamos tido, no mandato de 2009-2013, a oportunidade para fazer essa revisão do modelo de cálculo, coisa que não aconteceu.*

*Mas eu quero, também, recordar ao senhor Vereador, que, quando aqui discutimos, na primeira metade deste ano, uma atualização do tarifário dos resíduos sólidos urbanos, que a proposta que foi trazida pelo executivo foi de 39 por cento e o Partido Socialista apresentou uma proposta alternativa de 5,9 por cento, que foi o executivo da CDU que se colocou entre o tudo dos 39 - sendo que, depois em sede de discussão, o Sr. Presidente propôs que, em vez de 39 fossem 29 por cento, mas essa era a proposta que estava em cima da mesa -, foi o executivo que se colocou entre o tudo dos 39 e, depois, 29, e o nada do PSD. E digo o nada do PSD, porque foi o PSD que disse, de uma forma muito clara, naquele momento, que estava absolutamente indisponível para fazer uma revisão dos tarifários, pese embora aquilo que é a necessidade de criar equilíbrios, equilíbrios esses que passam, não só, porque aquilo que é o equilíbrio da exploração, mas, também, pela forma equilibrada como se fazem as atualizações de tarifários. Portanto, o Sr. Vereador Carlos Rabaçal não poderá, de forma nenhuma, não poderá de uma forma séria, querer assacar ao Partido Socialista a responsabilidade por uma recusa de revisão do tarifário.*

*Aliás, eu creio que fui claro, quer na conversa que tivemos, em que lhe apresentei aquilo que era a proposta do Partido Socialista, quer naquilo que foi a intervenção de há pouco, nós estamos disponíveis para que hajam atualizações tarifárias, atualizações que sejam coerentes com aquilo que são os dados mais recentes da inflação, atualizações que não se repercutam, quer nas tarifas de disponibilidade, quer nos primeiros escalões de consumo, e, portanto, nós já dissemos, de forma muito clara, quais é que são as nossas condições para viabilizar uma alteração tarifária.*

*Se os senhores tiverem acolhimento de condições que vos sejam mais favoráveis, terão acolhimento de condições que vos sejam mais favoráveis. Connosco não contarão para aumentos que vão acima dos 100 por cento no saneamento, em dois escalões de saneamento da tarifa social, em aumentos que vão aos 48 por cento nos últimos escalões, em tarifários que implicam reduções de 38 por cento para as autarquias, face àquilo que foi o tarifário de 2023, que foram os senhores que propuseram, não fomos nós. Foram os senhores que definiram aquele determinado tarifário sabendo quais é que eram as regras do jogo e quais é que seriam os volumes de consumo, até porque estão, não só, do lado do fornecedor de serviço, como, também, do lado do consumidor, quando falamos daquilo que é o consumo do Município de Setúbal, sabendo, exatamente, quais é que eram os custos que estariam associados porque conhecem os históricos dos consumos.*

*Foram os senhores que propuseram aquele tarifário, não fomos nós, e, portanto, vir apresentar aumentos mínimos de 8,1 por cento aos cidadãos e às empresas e reduções de 38,32 por cento para as autarquias é, no mínimo, indecoroso, de acordo com aquilo que é a nossa perspetiva da proposta que temos em discussão.”*

**Sr. Presidente** – *“Faz favor, senhor Vereador.”*

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – *“Vamos lá a ver, eu já expliquei a questão da tarifa municipal. Acho que insistir nisso, depois do meu esclarecimento, desculpe lá, não é muito sério. Portanto, eu expliquei que, para os Serviços Municipalizados, com o aumento, com a introdução da tarifa de resíduos na Câmara e com essa redução, os Serviços Municipalizados ficam, exatamente, o mesmo valor. Não vale a pena insistir nisso a não ser que queira fazer conversa, está bem? Esteja à vontade. Esta é a primeira questão.*

*Outra questão que queria colocar tem que ver com a situação de 2009-2013. Eu acho que o senhor está a falar um bocado de cor, não sabe exatamente o que se passou nem sabe que a negociação não chegou ao fim, nem sabe que a negociação visava transformar o contrato de primeira geração que nós tínhamos, que era mau, num contrato de segunda geração ainda pior e que visava “disparar” exponencialmente as tarifas e visava reduzir a comparticipação que as Águas do Sado davam à Câmara, etc. Portanto, isso era uma loucura total.*

*Portanto, eu não sei se o senhor está a defender que nós devêssemos ter aceitado as condições draconianas que as Águas do Sado propuseram na altura. Não valer a pena ir por aí, porque, senão, então, a coisa é pior a emenda que o soneto. Portanto, essa negociação não chegou ao fim porque era uma negociação absolutamente absurda, que era tentar transformar um contrato de primeira geração num contrato de segunda geração e isso foi considerado absolutamente inaceitável e, até, ilegal. Portanto, não vale a pena ir por aí.*

*Agora, eu queria só registar o seguinte: Eu acho que é muito interessante dizer “nós estamos disponíveis e tal, 3,2 por cento estava bom e tal, não sei quê”. Agora, eu acho que isto... Eu entreguei a documentação, os senhores têm tudo o que eu tenho e sabem, exatamente, se estivessem a gerir, o que é que ia acontecer. Sabem exatamente.*

*Portanto, queria lembrar que, há 25 anos atrás, havia Serviços Municipalizados. (Há 26, certo?) Os Serviços Municipalizados, há 26 anos, foram descapitalizados pelo Partido Socialista, foram destruídos pelo Partido Socialista, que precisou de os destruir para criar a concessão. Foi assim aqui, mas não foi só aqui, se fosse só aqui tudo bem. Foi aqui, foi em Cascais, foi em vários sítios, descapitalizaram-se os serviços e fizeram-se concessões. E, nessa altura, contribuiu-se, de uma forma ativa e alegre, para resolver o problema dos lucros dessa empresa.*

*Eu acho que a situação que está criada, neste momento, é que, havendo disponibilidade integral para aumentar a tarifa das Águas do Sado porque havia um contrato, eu acho que os contratos são de diferente tipo. Há um contrato com as Águas do Sado que obrigou ao aumento da tarifa, mas, agora, há um contrato com os municípios que obriga a uma prestação de serviço de qualidade - eu quero de excelência, basta-me de qualidade se isso cria complicações - e isso implica o que eu disse aqui há pouco, implica pessoal, equipamentos, material, visto que as Águas do Sado entregaram-nos uma equipa descapitalizada, sem*

*meios e sem recursos, sem viaturas e, também, nos resíduos da Câmara, nós tínhamos dificuldades nessa matéria e estamos a tentar resolver este assunto. Portanto, exige meios e recursos, para nós podermos trabalhar. Portanto, descapitalizar estes Serviços é criar condições...*

*Será que o PS está com má consciência, em relação à decisão que tomou, de criar os Serviços? E está empenhado em dizer: “OK, avancem os Serviços, mas não têm meios”. Afundam-se os Serviços e, então, “o serviço era mau, está mal prestado, etc.”? Então, isso é bom, porque dá votos ao Partido Socialista, porque os Serviços Municipalizados geridos pela CDU, pela Câmara CDU, estão a funcionar mal. Será isso que querem? É criar condições para uma nova privatização, no futuro?*

*Portanto, eu temo que, com este ar calminho, se esteja, aqui, claramente, a propor a liquidação dos Serviços Municipalizados. É isto que eu temo, com esta conversa redonda, porque os dados que eu entreguei são claros: Bastam 2 anos assim e os serviços não se aguentam, de todo. Já este ano vai haver muita dificuldade, no próximo ano estouram.*

*Portanto, eu creio que isso é importante saber-se e é importante ter-se a noção, visto que todos têm a informação suficiente para poderem decidir, saber o que é que estamos aqui a conversar e as pessoas têm de saber isso. Pronto, era só, Sr. Presidente, desculpe.”*

**Sr. Presidente** – *“Obrigado, senhor Vereador. Senhoras e senhores Vereadores, eu acho que nós estamos aqui perante uma situação muito séria e eu acho que divagar sobre assuntos destes não é o melhor caminho para nós resolvermos os problemas da gestão da Câmara Municipal, dos Serviços Municipalizados e, também, de não fazer recair sobre as nossas populações os impactos e os efeitos das decisões que são tomadas nestas instituições-empresas. Eu digo assim porque foi aqui dito que isto é uma questão política. É uma questão política e houve tempo suficiente, mais que suficiente, para quem tinha a capacidade de, politicamente, resolver este problema o ter resolvido e não resolveu.*

*E, portanto, agora, chegamos aqui ao final do ano numa situação que todos nós conhecemos e vir colocar a questão assim, de facto, é começar a colocar questões que eu acho que não são sérias e que eu acho que nós devemos tratar estas questões de uma forma séria, porque, se em 2013, politicamente, foi decidido privatizar a Amarsul ou a EGF, para, depois, tornar a Amarsul como uma empresa com capitais maioritários, portanto, privados, não é? Foi uma decisão política, claro. É claro, mas, desde 2013 até agora, já se verificou e já foi manifestado suficientemente e suficientes vezes para que, também, pudesse ter havido, durante esse prazo, uma decisão política e ela não houve e o senhor Vereador, agora, vem aqui dizer que este problema se resolve com decisões políticas. Parece que é sacudir a água do capote e não estamos nesta altura.*

*Nós temos de tratar este assunto de uma forma séria. Eu coloquei, apresentei uma moção, não foi neste congresso da Associação Nacional de Municípios, foi num anterior. Apresentei uma moção exatamente sobre esta questão. Teve dezenas e dezenas de abstenções e teve umas dezenas, também, de votos a favor. E a Associação Nacional de Municípios decidiu e, portanto, também significa que, nos municípios, na generalidade dos municípios, há um mal-estar relativamente a esta situação. Mas há, de facto, uma questão política. Há, de facto, uma questão política e a maioria dos municípios da Associação Nacional de Municípios são do Partido Socialista.*

*Também este ano, ainda agora, há pouco tempo, eu fiz uma intervenção no Congresso da Associação Nacional de Municípios e coloquei a mesma questão. Foi amplamente aplaudida a intervenção que eu fiz, mas decisão política não há, senhor Vereador. É esse o problema. Portanto, quando se diz que é uma questão política, é preciso, também, assumir a responsabilidade política do que se está a passar e pelo tempo todo que decorreu em que essa decisão política podia ser tomada e não foi. É isto, senhor vereador.*

*Outra questão, que é uma situação incompreensível, é que Amarsul apresenta propostas de atualização tarifária. E apresenta a quem? A uma entidade reguladora das águas e dos resíduos. Quem é essa entidade? É dirigida por quem? Por representantes nomeados pelo Governo. Essa entidade autorizou o aumento das tarifas de que nós estamos a falar. E, mais,*

*desde logo, autorizou um aumento de 27 por cento a partir do dia 1 de janeiro de 2024. E agora recebemos a informação da Amarsul, a dizer que umas contas que não foram bem feitas, já apresentaram, outra vez, à ERSAR, mais um aumento que se aproxima, novamente, se for aprovado, se aproxima, novamente, dos 39 por cento, que foi o aumento que se realizou em 2023. É esta a situação, senhor Vereador.*

*E, portanto, vir aqui o Partido Socialista dizer, chutar para canto, sacudir a água do capote, a dizer que isto é uma questão que se resolve do ponto de vista político, estamos de acordo. Agora, já era tempo, já foi tempo de resolver este problema, do ponto de vista político e não foi resolvido e não é da responsabilidade de outros partidos que aqui estão. E, portanto, esta é uma questão séria.*

*Ao contrário daquilo que o senhor não se lembra, é verdade que nós apresentámos aqui, em tempos, quando tivemos a informação das decisões que a ERSAR tinha aprovadas, propostas de aumento tarifário apresentadas pela Amarsul, que foi quase a meio do ano de 2023, porque isto é assim, estas entidades decidem independentemente das consequências que isto tem, depois, na gestão municipal.*

*Eu não sei agora, exatamente, o mês, mas foi, para aí, em abril/maio que nós tivemos a confirmação de que foi aprovada a proposta que a Amarsul apresentou à ERSAR e foi só nessa altura que nós tivemos conhecimento dos aumentos que vinham a ser propostos, mas esses aumentos têm retroativos, foram feitos com retroativos.*

*Como é que é possível gerir uma autarquia de forma responsável quando nós temos entidades que são diretamente nomeadas pelo Governo e que fazem coisas destas a quem tem a responsabilidade de uma gestão séria de uma autarquia local, como a Câmara Municipal?*

*Portanto, senhores Vereadores, na altura, quando nós apresentámos essa proposta, naturalmente que veio aqui a proposta de um aumento dos 39 por cento, como deveria ser, no meu entendimento. Como deveria ser. Porquê? Porque o aumento que foi imposto à Câmara Municipal foi de 39 por cento. Aquilo que nós fizemos aqui, na discussão, foi de discutir para ver se encontrávamos um entendimento relativamente a um valor, não era de aplicar os 39 por cento à população. Nunca o fizemos e, portanto, não era agora que o íamos fazer. Mas, para cumprir a legislação, para cumprir as leis que são da responsabilidade da administração, em particular das autarquias, é que os custos dos Serviços devem ter receita equivalente. É uma lei do nosso Estado de Direito. É uma lei do nosso Estado de Direito, que obriga a que a prestação de um serviço deve ter uma receita equivalente, um retorno equivalente. É isto e nós não estamos a fazer isto.*

*Não o fazemos deliberadamente, mas não é só a Câmara Municipal de Setúbal que não faz. Eu acho que são um pouco as câmaras municipais por todo o país que não fazem, porque acham um absurdo determinadas imposições que lhes são feitas.*

*Também é importante dizer que as tarifas não são iguais em todos os municípios. Cada sistema tem as suas tarifas, independentemente, no caso, de o capital maioritário dos sistemas ser sempre o mesmo. Nós sabemos o que é que se passa, por exemplo, em Lisboa, ali numa parte da Área Metropolitana, portanto, de um sistema que existe ali e que as tarifas não são iguais nem parecidas com aquelas que se passam na Península de Setúbal, que é um outro Sistema.*

*Aquilo que é mais gritante em tudo isto, senhores Vereadores, é que nós temos uma empresa que tinha a obrigação de fazer investimento e de encontrar alternativas ao tratamento, que fossem no sentido de ter os menores impactos ambientais no sistema e o que nós verificamos é que, desde 2014, esta empresa assumiu a responsabilidade da gestão da Amarsul e, até hoje, não fez nenhum investimento em formas alternativas de fazer o tratamento dos resíduos.*

*O que nós sabemos é que temos dois aterros que estão a rebentar pelas costuras, como se costuma dizer, e, quando isso acontecer, eu quero saber a quem é que vamos pedir responsabilidades? Aos municípios, nessa altura, eventualmente.*

*É assim a forma, também, de quem, superiormente e politicamente, assume ou não assume esta responsabilidade, de ter uma empresa que não cumpre aquilo que a legislação sobre o Sistema Nacional de Resíduos determina.*

*Bom, a história podia continuar, senhores Vereadores, porque a responsabilidade não há dúvidas, aqui, sobre quem tem a maior responsabilidade deste processo. Não há dúvidas nenhuma e aquilo que está aqui em causa, senhores Vereadores, é o seguinte - até indo de encontro àquilo que o Sr. Vereador Fernando Negrão aqui colocou: Em 2023 não houve atualização do tarifário, porque na proposta que nós trouxemos aqui não houve entendimento. Não houve entendimento e, portanto, e porque o Partido Socialista propôs um aumento de 5 por cento, creio eu...*

*(Voz, em fundo)*

*Coisa pouca, senhor Vereador, porque a estrutura nomeada pelo seu partido, pelo seu Governo, autorizou aumentos de tarifário de 39 por cento para os municípios, de 39 por cento. É isso. E sabe quanto é que significa 39 por cento? Significa que a Câmara Municipal tem, relativamente ao ano de 2023, 4 milhões de euros a pagar. Se não houver atualização tarifária e se for aplicado os 27 por cento, em 2024 a Câmara Municipal tem de pagar um pouco mais do que 6 milhões de euros. Mas, se a ERSAR aprovar a proposta que foi apresentada já pela Amarsul, nós estamos a falar de valores, para 2024, da ordem dos 8 milhões de euros e, se passarmos para 2025, com as novas atualizações, nós estaremos a falar de valores próximos dos 15 milhões de euros.*

*E eu pergunto, senhores Vereadores, como é que o orçamento de uma câmara municipal resiste a isto? Porque a Câmara Municipal tem competências próprias e responsabilidades próprias e com esta situação, se continuarmos neste caminho, não há resposta àquilo que são, naturalmente, as competências e as expectativas e a obrigatoriedade que a Câmara Municipal tem em vastíssimas áreas. É isto que está em causa.*

*E, por isso, também no sentido de nós cumprirmos os mínimos, a proposta que é aqui apresentada, relativamente às águas e ao saneamento, é uma proposta de atualização da inflação. Eu gostava de lembrar que eu verifiquei que, por exemplo, a Simarsul, que tem um capital maioritário do Estado, tem uma proposta de aumento de tarifário de 8 por cento e, portanto, estamos a falar de atualização com base na inflação.*

*Portanto, não percebo como é que não se entende ou não se aceita que, sendo um organismo do Estado, uma entidade do Estado, a apresentar uma proposta de atualização tarifária de 8 por cento, porque é que a Câmara Municipal de Setúbal, nesta situação... Nesta situação que nós estamos a viver, não se pode aceitar uma atualização dos 8 por cento, ou seja, da taxa da inflação, relativamente às águas e ao saneamento. E, relativamente aos resíduos, que se tenha, também, a consideração de aumentar mais 7 por cento do que a taxa de inflação, para cobrir, minimamente, aquilo em que não houve atualização em 2023.*

*Eu acho que isto é razoável. Se se me perguntarem assim: “Bom, mas os munícipes vão pagar isto?” É verdade, eu sou o primeiro a reconhecer que os munícipes, nós todos, depois, individualmente, as nossas famílias, vão pagar os erros dessas entidades e dessas organizações que, politicamente, não são medidas na ordem, senhores Vereadores. É isto que está aqui em causa.*

*Portanto, eu penso, senhores Vereadores, que [é isto] o que está aqui em causa mesmo, a verificar-se, mas o Sr. Vereador Carlos Rabaçal referiu aqui – e bem – que, quando as Águas do Sado tinham a concessão, faziam todos os anos, nos termos de uma fórmula do contrato, a atualização do tarifário. Ele já referiu quanto é que seria a atualização com base na fórmula de cálculo das Águas do Sado, relativamente às águas e ao saneamento, para o ano 2024.*

*Nós propomos uma atualização de um terço daquilo que seria a atualização nos termos da fórmula de cálculo que o contrato de concessão tinha, um contrato de concessão que foi aprovado pelo Partido Socialista, e, portanto, penso que isto é bem significativo, esta diferença.*

*Depois, existe ainda, nas águas e no saneamento, uma outra questão que não podemos deixar de considerar aqui. É que se mantém nas águas a redução de 20 por cento (média),*



*relativamente ao tarifário que as Águas do Sado tinham quando passou para os Serviços Municipalizados. Esse diferencial mantém-se.*

*Por isso, senhores Vereadores, eu creio que, naturalmente, cada um tem os seus pontos de vista, a sua forma de entender as coisas. Agora, o que eu não posso aceitar é que sacuda a água do capote, que se faz de conta que não está a acontecer nada, não aconteceu, não há responsáveis, os responsáveis são aqueles que estão aqui a procurar gerir o melhor possível o interesse público. O interesse público, dentro de um quadro que é sobre esta matéria, em particular, bastante complexo e difícil.*

*E, portanto, naturalmente que a nossa proposta é esta, foi discutida, foi apresentada, foi justificada e, portanto, eu espero que ponderem e, se quiserem, que possamos ter um intervalo para, eventualmente, ponderar melhor a decisão que vamos tomar, eu não vejo inconveniente nisso. Acho que - volto a dizer - é uma questão bastante séria, o que estamos aqui a tratar e, por isso, manifesto, também, essa minha disponibilidade, para não cometermos erros que alguém, mais tarde, os próprios gestores da Câmara Municipal, mas, também, a população em geral, possa vir a apontar o dedo para quem, em altura certa, não quis tomar as decisões mais acertadas. E é isto que está em causa, senhores Vereadores e, se não houver mais intervenções, eu ponho à votação esta proposta.*

*(Pausa)*

*Já agora, dizer que o objetivo, para que não haja dúvidas, também, sobre isto, o objetivo é fazer uma atualização progressiva anual sobre estas situações, porque é verdade que a Câmara Municipal pode acomodar determinados valores, até determinado valor, este diferencial, mas o funcionamento dos Serviços, neste caso, daquilo que depende dos Serviços Municipalizados, devem, minimamente, ter uma receita que corresponda à necessidade do investimento, da atualização de um investimento, para pagar aos trabalhadores, para garantir o funcionamento dos equipamentos e, quando fala de um serviço de excelência, naturalmente que nós estamos a falar de um serviço que corresponda àquilo que, naturalmente, os municípios exigem de um serviço público.*

*É disso, quando se fala de um serviço de excelência, que inclui aqui uma outra componente, que é, de facto, esse serviço de excelência ter em conta aquilo que é os menores impactos no ambiente e na qualidade de vida das pessoas. E, quando nós estamos a trabalhar nos bioresíduos, naquilo que o senhor Vereador aqui falou, de um contrato que está a ser estabelecido, designadamente com a restauração, no sentido de ter uma maior capacidade de recolha dos resíduos orgânicos.*

*Isso é um trabalho que, naturalmente, nos compete fazer e isso entra, também, naquele conceito de um serviço de excelência a prestar às nossas populações. É esse o esforço, mas esse esforço, naturalmente, que tem, também, de ser aqui equilibrado, do ponto de vista do tarifário.*

*Senhoras e senhores Vereadores, não havendo mais questões sobre esta proposta, eu vou pôr à votação a proposta de deliberação n.º 1108.”*

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor da CDU, 4 votos contra do PS e 2 abstenções do PPD/PSD.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Fez a seguinte declaração de voto: “O meu voto vai no sentido de uma forma responsável garantir a qualidade dos serviços prestados aos nossos municípios. Esta votação juntou de um lado a responsabilidade contra a irresponsabilidade. Foi uma votação muito importante e não deixou passar aqueles que querem destruir os Serviços Municipalizados e que querem impedir que o município sirva com qualidade os seus municípios, que trate da água, do saneamento e dos resíduos, em termos de saúde, de ambiente, de sustentabilidade e de qualidade de vida dos nossos municípios, esse partido hoje aqui, foi o Partido Socialista.”

O Sr. Presidente solicitou que fosse alterada a ordem de trabalhos e que a deliberação n.º 1110/2023 “Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Setúbal 2024 – SMS” fosse discutida de imediato.

### **3. Deliberação n.º 1109/2023 – Proposta n.º 065/2023/GAP - Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Setúbal 2024 – SMS**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 5 e 6.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Referiu que nas reuniões que fizeram com os partidos, tiveram a oportunidade de entregar uma documentação mais substantiva do que aquela que ali estava, com uma explicação mais pormenorizada de grandes grupos de investimento e obras de investimento previstas. Se fosse necessário poder-se-ia retomar essa informação, mas consideravam que com a informação que ali estava, mais a informação que tinha sido entregue aos partidos em representação naquela Câmara, seria suficiente, mas caso houvesse alguma questão, estariam disponíveis para esclarecer ou fornecer mais informação.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor da CDU, e 6 abstenções do PS e PPD/PSD.

### **4. Deliberação n.º 1110/2023 – Proposta n.º 066/2023/GAP - Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Setúbal 2024 – SMS**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 7 e 8.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que inicialmente receberam apenas 104 trabalhadores da Águas do Sado e mais tarde 112 trabalhadores vindos dos serviços de resíduos urbanos. Disse que tinham sido feitas várias mobilidades para o mapa de pessoal, de vários serviços públicos da Administração Central, do Município de Setúbal e abertos processos concursais. Naquele momento, estava a ser concluído vários processos concursais que envolviam 35 trabalhadores, com reserva de recrutamento, focados sobretudo na área operacional. Disse que o número efetivo no mapa de pessoal apontava para 236 trabalhadores no ativo, mais 6 trabalhadores em comissão de serviço e 2 em mobilidade externa. Tinham um mapa de pessoal que ainda comportava 60 lugares vagos e estavam a prever abrir mais 35 lugares no ano 2024. Tudo aquilo para cobrir as necessidades emergentes da operação que tinha referido, o reforço de meios e recursos que estava carenciado na organização, mas também aquelas situações específicas relacionadas com novos projetos, novas ações, o PAPERSU e a redução do número de horas de trabalho de 40 para 35, assim como o aumento do número de férias de acordo com o AICEP de Câmara Municipal que fora adotado.

Aquela era a proposta de mapa de pessoal que propunham, que tinha sustentação em termos financeiros no orçamento e plano plurianual de investimentos que a seguir apresentariam.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

## **5. Deliberação n.º 1111/2023 – Proposta n.º 449/2023 – DAF/DICOR - Derrama 2024**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 9, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor da CDU, e 6 abstenções do PS e PPD/PSD.

## **6. Deliberação n.º 1112/2023 – Proposta n.º 450/2023 - DAF - Zonas de pressão urbanística/majorações**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 10, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

## **7. Deliberação n.º 1113/2023 – Proposta n.º 451/2023 - DAF – Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2024 (2025/2026/2027/2028)**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 11 a 15.

**Sr. Presidente** – Leu o seguinte documento: *“O documento que hoje aqui colocamos à consideração da câmara consubstancia-se no maior orçamento de sempre da Câmara Municipal de Setúbal. Para termos melhor noção daquilo a que me refiro, destaco que só em relação a 2023 há um crescimento de mais 30% em relação aos 183 milhões inscritos no orçamento de 2023.*

*O maior orçamento de sempre da Câmara Municipal resulta, principalmente, de três fatores: em primeiro, o mais elevado volume de investimento dos últimos anos, depois, o crescimento das despesas com o pessoal, finalmente, o aumento dos preços dos combustíveis, matérias-primas e serviços indispensáveis ao funcionamento da câmara, a par do aumento da inflação e do custo de vida.*

*O Orçamento da Câmara Municipal de Setúbal para 2024 é apresentado num quadro em que se deve destacar o esforço da autarquia na construção de um documento previsional sustentado na realidade financeira do município, com grande preocupação em garantir o elevado volume de investimentos em que o município mobiliza, também com recurso a fundos comunitários, valores de mais de 230 milhões de euros até 2026.*

*A apresentação deste documento ocorre num momento de expansão do investimento privado no concelho que deverá, nos próximos anos, ultrapassar os três mil milhões de euros, com fortes impactos na criação de emprego e no desenvolvimento do nosso concelho.*

*Estamos perante um documento construído com base em dois fatores centrais: sustentabilidade e seriedade.*

*Estas são as duas ideias que nos orientam na construção destes documentos previsionais e na gestão quotidiana da autarquia.*

*Importa realçar que a elaboração do orçamento para 2024 é, contudo, fortemente condicionada por medidas de política fiscal impostas irresponsavelmente por razões de mero cálculo partidário que retiram receitas significativas ao município, ignorando a realidade do concelho e os interesses dos setubalenses e azeitonenses.*

*Em 2024, o documento previsional que aqui colocamos à discussão apresenta um valor global de 239 milhões de euros.*

*As despesas com pessoal têm inscritas uma verba de 53 milhões de euros, enquanto a aquisição de bens e serviços ascende a 62 milhões.*

*No que diz respeito ao pessoal, é da maior importância destacar que o crescimento da despesa entre 2021 e 2024 se cifra em mais de 18 milhões de euros em resultado da absorção pela autarquia dos trabalhadores das escolas transferidas para a Câmara Municipal e de um conjunto de medidas de valorização dos nossos trabalhadores. Em 2021 a despesa com pessoal foi de 35 milhões, subiu para 37 no ano seguinte e em 2023 cresceu para 49 milhões, atingindo em 2024 os 53 milhões de euros.*

*Quanto a juros e outros encargos a previsão de despesa ronda os 3,5 milhões e as transferências correntes somam 21,95 milhões.*

*De destacar que praticamente metade do valor atribuído às transferências correntes, cerca de 10 milhões de euros, diz respeito ao envelope financeiro atribuído às juntas de freguesia do concelho para o exercício das competências que lhes foram transferidas e delegadas, o que faz da Câmara Municipal de Setúbal uma das autarquias do país que, proporcionalmente, mais verba transfere para as juntas de freguesia.*

*O remanescente, quase na sua totalidade, corresponde a transferências para os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas do concelho.*

*Outro número relevante é o das transferências de capital para o nosso movimento associativo em resultado do entendimento que temos da importância das nossas associações de cultura, desporto e recreio para a coesão social e territorial do concelho.*

*Este apoio, que tem previsto um valor global de 450 mil euros, permite a realização de um muito importante conjunto de obras nas instalações destas associações, a par do investimento municipal já iniciado para dotar de instalações próprias várias coletividades, em que o exemplo mais recente é o do GATEM – Espelho Mágico, a que se juntam a melhoria das instalações da Academia de Dança Contemporânea de Setúbal, entre outras.*

*Em matéria de obras, ganha especial relevância o investimento na qualificação da habitação pública municipal. Em recuperação de edificado destinado à habitação no concelho serão investidos, por via de candidaturas ao PRR, quase 163 milhões de euros.*

*Em novas habitações o investimento global alcançará, até 2026, mais de 67 milhões.*

*À data de hoje, a Câmara Municipal de Setúbal adjudicou já obras candidatas ao PRR na área da habitação no valor de mais de 105 milhões de euros. Falo das operações em curso nos barros da Manteigada, Alameda das Palmeiras, Bela Vista e Forte da Bela Vista que beneficiam milhares de famílias que ali vivem, devolvendo-lhes a necessária dignidade na casa que habitam.*

*Estamos perante o maior investimento em habitação pública no nosso concelho de que há memória. Um investimento concretizado a partir de uma visão consubstanciada na Estratégia Local de Habitação delineada pelo município, que, tal como noutras circunstâncias, se disponibilizou de imediato para avançar com estas obras logo que houve financiamento.*

*Por via de candidaturas ao PRR, a Câmara Municipal garantirá, ainda, investimentos de cerca de 18 milhões de euros, em que se destaca o novo Centro Escolar Barbosa du Bocage e requalificação da zona envolvente, a requalificação da zona verde e do anfiteatro do caminho dos Pescadores e da Rua de São Pedro, a recuperação do Pavilhão João dos Santos, a requalificação do Campo das Pedreiras, no Viso, e a importante requalificação e beneficiação da Estrada da Mitrena.*

*Nestes 18 milhões inclui-se, igualmente, a construção do novo centro de saúde da Bela Vista e, noutra vertente, uma aposta na valorização do nosso comércio local por via da candidatura aprovada dos Bairros Comerciais Digitais, que permitirá um investimento superior a 1,2 milhões de euros na qualificação tecnológica do nosso tecido comercial.*

*Fora do PRR, o município investirá num conjunto muito vasto de obras qualificadoras do concelho e essenciais para as nossas populações.*

*Está já em andamento a obra do prolongamento da rede de água e saneamento na Mourisca, uma obra de há muito reclamada por estas populações e que não foi feita em tempo pela anterior concessionária de água e saneamento de Setúbal.*

*Estão em curso ou em finalização os procedimentos necessários para que avancem obras como a do Parque Urbano da Quinta da Amizade, a requalificação urbana e paisagística da urbanização de Pinhal de Negreiros ou a reabilitação do espaço de cultura A Gráfica e, em breve, veremos obra na Praça do Brasil e na Quinta do Tavares, qualificando uma das mais importantes entradas da cidade para quem chega de autocarro ou de comboio.*

*Estão também em fase de preparação a construção de um auditório municipal em Brejos de Azeitão, o novo mercado também em Brejos de Azeitão, o novo pavilhão desportivo das Manteigada, uma nova fase do Parque Urbano da Várzea e também um conjunto de intervenções na rede viária, em que se destacam, entre outras, as obras previstas para Avenida dos Ciprestes, Rua Eng. Henrique Cabeçadas, Avenida de Moçambique, Avenida Luísa Todí ou o quarteirão urbano em torno da Praceta Joaquina Guerreiro, Parque da Lanchoa e Rua Libânio Braga.*

*Vamos também avançar com a reabilitação da Casa Luísa Todí, com a reabilitação do Campo Municipal Júlio Tavares, em Praias do Sado e a construção de um Pavilhão Desportivo em Azeitão. Finalmente, uma palavra de destaque para a nova biblioteca no Largo José Afonso, cuja construção deverá começar, se tudo correr bem, ainda no ano de 2024.*

*Insisto: estamos perante um orçamento construído com base nas ideias da sustentabilidade e da seriedade.*

*O investimento público é fundamental para o bem-estar das populações e para o desenvolvimento dos territórios.*

*Sem investimento público, estagnamos. Aliás, a elevada procura do concelho por investidores privados resulta, em larga escala, das condições aqui criadas nas últimas duas décadas e que implicaram, naturalmente, elevados investimentos públicos na qualificação urbana, na requalificação do nosso património, na melhoria das infraestruturas básicas.*

*Sem este investimento concretizado pelos executivos da CDU continuaríamos a ser um concelho deprimido, estagnado, cinzento.*

*Para tal, foi necessário manter contas certas, por vezes com grandes sacrifícios.*

*Importa lembrar que só em 2024 a Câmara Municipal acabará de pagar o empréstimo que foi forçada a contrair por via do Contrato de Reequilíbrio Financeiro que celebrou para impedir o estado de pré-bancarota em que a autarquia se encontrava em 2002.*

*Em 2024 vamos ainda pagar destes empréstimos perto de um milhão de euros de um total de 57 milhões, entre amortizações e juros, pagos ao longo de vinte anos.*

*Esta é uma das razões que nos levam, por vezes, a falar de um passado que não queremos que se repita; um passado que, como se pode constatar pelos valores que acabei de referir, condicionaram a gestão financeira da autarquia ao longo destes vinte anos.*

*Esta é uma das razões que nos leva a falar de sustentabilidade e seriedade, duas marcas da gestão da CDU na Câmara Municipal de Setúbal.*

*Tudo faremos para impedir que se repitam situações como as que vivemos em 2002.*

*Se é verdade que temos razões e trabalho a avançar que nos fazem estar otimistas, também é um facto que a irresponsável imposição de medidas de política fiscal municipal por parte do PSD e do PS, sem que se tivesse em conta o volume de investimento em curso e o crescimento acelerado dos custos fixos na câmara municipal, é motivo de preocupação que não podemos omitir.*

*Com a recente aprovação na Câmara Municipal das medidas em sede de IMI e participação variável do IRS, é imposta a esta Câmara Municipal uma perda de receita que chegará aos vinte milhões de euros até ao final do mandato, a que há que acrescentar a volatilidade das receitas de IMT em resultado das isenções que os governos vão concedendo e da volatilidade do mercado imobiliário.*

*Mais grave é que esta imposição de perda de receita aconteça quando é também imposto às autarquias um aumento das despesas de funcionamento em resultado de transferências de competências mal desenhadas e deficientemente financiadas, como está a acontecer na área*

*da educação, área em que a autarquia setubalense já assumiu, para lá das verbas transferidas do Orçamento de Estado, mais de três milhões de euros dos seus cofres para garantir um bom funcionamento das escolas do 2.º e 3.º ciclos e do secundário.*

*Esta preocupação agrava-se com a imposição que nos é feita pela AMARSUL no pagamento da taxa de resíduos sólidos urbanos, que aumentou de forma absurda e não justificada. Em 2023 representa quatro milhões de euros sem receita correspondente. Para 2024 a estimativa passará para mais de seis milhões. Esta situação torna-se in comportável para as finanças do município.*

*A situação financeira que nos impõem é preocupante, ainda que, como sempre, assumamos o compromisso de, com sustentabilidade e seriedade, manter elevados níveis de funcionamento e de investimento, enquanto reforçamos a disponibilidade financeira para apoiar os nossos munícipes. Em 2023 disponibilizámos, por via de várias medidas de apoio social, uma verba de mais de dois milhões de euros para esta finalidade e em 2024 vamos disponibilizar valor idêntico para desenvolvimento de apoio social, incluindo transportes e refeições escolares gratuitas, bem como apoio ao movimento associativo.*

*Continuaremos, por exemplo, a apoiar a redução do preço do Passe Navegante municipal, assim como manteremos outras medidas sociais.*

*Por outro lado, não podemos deixar de avaliar este documento previsional à luz das dificuldades financeiras por que passa o país, em particular à luz do acentuado agravamento das condições de vida, do custo crescente das matérias-primas e dos combustíveis e da aquisição de bens e serviços para o bom funcionamento dos serviços municipais.*

*Perante este quadro complexo, perante um quadro de múltiplos investimentos municipais na habitação, na qualificação urbana, no apoio à cultura e ao desporto, o PSD e o PS tudo fazem para estrangular financeiramente a autarquia e limitar seriamente as suas capacidades de investimento na melhoria das condições de vida de setubalenses e azeitonenses.*

*A CDU tem defendido o alívio fiscal dos munícipes numa base progressiva que salvguarde a sustentabilidade financeira das contas municipais e as necessidades de continuar a investir no progresso do concelho.*

*Temo-lo feito com total transparência e, acima de tudo, com total seriedade.*

*Optámos pela via mais difícil, a de reduzir progressivamente, mas com segurança, a carga fiscal municipal.*

*Não podemos ceder à demagogia e à facilidade na gestão financeira do município.*

*A redução acentuada e abrupta das receitas municipais imposta pela oposição do PS e do PSD na Câmara Municipal, repito, calculada em mais de vinte milhões de euros até 2025, constitui uma irresponsabilidade que tudo faremos para impedir que volte a provocar o descalabro financeiro como aconteceu em 2002.*

*Mesmo com estas dificuldades que nos são impostas, estamos determinados em continuar a trabalhar para qualificar ainda mais o nosso concelho, conferindo-lhe ainda mais capacidade de atração e qualidade de vida para todos os que aqui nasceram ou escolheram Setúbal para viver.*

*Continuaremos, como temos afirmado, com total seriedade a fazer Mais Cidade, Mais Setúbal.*

*Dito isto, creio que estão criadas as condições para a câmara aprovar o orçamento e as grandes opções do plano para o ano de 2024 e enviar estes documentos previsionais à Assembleia Municipal.”*

Disse que tinha sido um pouco extensa a sua intervenção, mas era importante ficar expresso a importância daquele orçamento, para continuarem na senda do desenvolvimento municipal, na atratividade do investimento privado e na garantia de mais qualidade de vida para as populações de Setúbal e Azeitão.

Assim, continuariam a atrair mais residentes, mais famílias e, também, mais turistas que contribuíssem para o desenvolvimento económico do concelho. Todos os dados estatísticos eram conhecidos e apontavam naquele sentido, bastando estar atento àquela realidade. Tratavam-se de números oficiais que não enganavam ninguém.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que ouviu com muita atenção a intervenção do senhor Presidente. Disse ser falso afirmar que a CDU escolhera reduzir progressivamente os impostos. Ainda em 2022 a CDU fizera aprovar uma proposta que alterava a proposta inicialmente votada em reunião de câmara e Assembleia Municipal, no sentido de fixar uma taxa de IMI, que era exatamente igual à do ano anterior e que, no ano anterior, reduziu de forma mais significativa, por ação de uma proposta apresentada pelo Partido Socialista. Em 2023 o senhor Presidente entendera escudar-se naquilo que a que chamava a irresponsável imposição de política fiscal, a qual foi afixada pela oposição. Chegaram a 29 de novembro sem saber qual era a política fiscal que a CDU e o seu executivo gostaria de implementar, porque não viram no decorrer daquele ano, uma única proposta, à exceção da derrama, de fixação de impostos apresentado pela CDU. Aquilo que a CDU resolvera fazer, aquilo que o seu executivo fez, aquilo que o senhor Presidente fizera no ano em curso foi escudar-se no protesto e deixar que fosse a oposição a tomar as rédeas da fixação da carga fiscal e que fosse a oposição a definir e a fixar aquilo que era a política fiscal do município. Da CDU viram zero no que respeitava ao IMI, significando que se não houvesse uma tomada de posição e se a proposta aprovada, não tivesse mesmo o respaldo em Assembleia Municipal, significaria em termos de IMI que a taxa que se iria fixar seria a taxa máxima que seria de 0,45. Viram zero no que respeitava à política fiscal da CDU quando olhavam para aquilo que eram as propostas no âmbito da participação variável no IRS e se a mesma não fosse fixada por deliberação da Câmara e depois deliberada pela Assembleia Municipal, a participação seria zero, fixando-se no mínimo. Entre decidir, o executivo do senhor Presidente preferira não decidir, preferira deixar à oposição a responsabilidade de fixar a política fiscal do município.

Olhando em particular para aquilo que era aquele orçamento e para aquilo que era a análise que o senhor Presidente tinha-lhes apresentado, no entendimento do senhor Presidente aquele orçamento derivava de um mais elevado volume de investimentos nos últimos anos, no entanto, até ao presente tinham o mais elevado volume de endividamento dos últimos anos, não estando particularmente otimistas quanto ao investimento.

Dissera ao senhor Presidente que havia um aumento significativo do orçamento por via daquilo que eram as despesas com o pessoal que aumentaram 8,53%, estando incluídos cerca de um milhão e meio de euros de despesa, que o município não teria, porque a despesa orçamentada com as contribuições para a ADSE era uma despesa, por força daquilo que foi a aprovação do Orçamento de Estado que deixaria de existir. Significava que a despesa com pessoal não seria aquela que estava ali refletida, seria menor. Aquele orçamento aumentava praticamente em 30% as despesas com publicidade, em quase meio milhão de euros, era o mesmo orçamento que aumentava a aquisição de bens e serviços em mais 10 milhões, quase mais 20%, que incluía as despesas com pessoal que só aumentava 8,5% e tinha as despesas correntes a crescer praticamente 17%.

Considerar que o volume orçamental derivava particularmente daquilo que eram as despesas com pessoal, lamentava e não poderia estar em maior desacordo. O aumento com a energia e com a inflação e as aquisições de bens e serviços aumentavam 20%, sendo as despesas correntes praticamente de 17%. Não seria apenas o aumento dos custos com a energia nem com a inflação que aqueles valores decorriam, mas decorreriam certamente de outras despesas correntes, que o município sobre a gestão da CDU decidira incorrer.

O senhor Presidente referira o maior investimento em habitação pública, que era financiado pelo PRR, 11% daquilo que era aquele orçamento decorria do aumento das transferências de capital, maioritariamente por via daquilo que eram os processos a decorrer com financiamento do PRR. Tratava-se de um orçamento que tendo um maior investimento em habitação pública, ignorava aquilo que foi uma proposta apresentada pelo Partido Socialista, no sentido de ser alocado um montante de cinco milhões de euros, que poderia ser financiado através do programa “*Comprar para Arrendar*”, mas também poderia ser financiado com fundos próprios do município, para aquisição de um mínimo de 30 imóveis destinados ao arrendamento acessível. Decidiram também não incluir naquele orçamento outras propostas do Partido Socialista, como seria a reativação do destacamento de Azeitão dos Bombeiros Sapadores,

que era uma proposta que já tinham apresentado no ano anterior e que visava reforçar a capacidade de intervenção na freguesia mais distante do centro do concelho.

Também a gratuidade do passe navegante municipal para maiores de 65 anos, numa medida que os vereadores do Partido Socialista entendiam que refletia uma política de reforço de acesso aos transportes públicos, de uma franja da população tradicionalmente com menores rendimentos.

A criação de um cheque de natalidade no valor de mil euros para todas as crianças que viessem nascer no concelho, desde que ambos os progenitores fossem residentes há pelo menos cinco anos. Viram refletidos no orçamento, duas das propostas que os vereadores do Partido Socialista apresentaram, a construção do parque verde da Quinta da Amizade e também a construção de passeio na Estrada Municipal 542, ligando o Vale Ana Gomes ao Retail Park, criando condições de segurança para que a população se pudesse deslocar a pé ou por meio de mobilidade suave.

Tratava-se de duas propostas que decorriam daquilo que foi a proposta de investimento de financiamento médio longo prazo apresentada na última reunião de câmara. Sendo propostas que orçavam em 424 mil euros na sua globalidade da totalidade da obra, sendo uma obra que resultaria numa intervenção que seria plurianual, não ficando toda concluída, nem estaria toda orçamentado para 2024.

Quando decidiram financiar há 20 anos a intervenção na construção do parque verde ou na construção de passeios, no mesmo ano em que propunham um aumento mais de 465 mil euros, que era em mais de 10% relativo ao custo total daquelas intervenções, só no aumento das despesas de publicidade. Indicava claramente qual era o caminho que aquele município seguia, não sendo o caminho no qual o Partido Socialista se revia.

**Sr. Presidente** – Referiu que aquilo que dissera era o que estava refletido no orçamento e não tinha nada a ver com as contas que o senhor vereador Joel Marques apresentou.

O senhor Vereador terá dito que era falso que a Câmara Municipal não tivesse propostas de redução progressiva do IMI. Lembrou o senhor Vereador Joel Marques que em 2021 a Câmara Municipal apresentara uma proposta de uma redução ligeira de IMI e em 2021 o PS e o PSD juntaram-se e obrigaram-lhes a reduzir significativamente tanto o IMI como o IRS e perante aquela redução drástica, comparativamente com aquilo que era a progressividade da proposta de redução daqueles impostos, apresentada pelo executivo CDU, certamente que não haveria nada a fazer.

Quando o senhor Vereador Joel Marques dissera que o executivo naquele ano não apresentara nenhuma proposta, disse que havia uma sofreguidão por parte do Partido Socialista em baixar impostos, independentemente de avaliar a situação financeira da câmara, tratava-se de uma irresponsabilidade a toda a prova.

No mês de maio, tal como fez no ano anterior, apresentaram uma proposta de redução do IRS e do IMI e era por ali que se media a responsabilidade. Disse que teriam de reconhecer a posição que o PSD tomara nessa altura e depois consideravam de uma posição irresponsável com aquilo que aconteceu na última reunião de câmara. Estranhava que o senhor vereador viesse dizer que a CDU não apresentava propostas. A CDU apresentava propostas da mesma forma como já tinham apresentado a proposta da derrama. Caso os senhores vereadores não tivessem já aprovado as propostas do IMI e do IRS, o executivo CDU apresentaria a proposta do IMI do IRS tal como fizeram com a derrama.

Relativamente às questões do pessoal, relativamente às questões do funcionamento, disse que aprovaram no ano anterior, face à situação inflacionista em que viviam e que os senhores vereadores reconheceram na reunião, os problemas sociais criados, sobretudo nas famílias com orçamentos mais frágeis, tendo aprovado em reunião de câmara medidas as quais tiveram o cuidado de colocar aos senhores deputados municipais, tendo referido que era importante criar condições de apoio social às famílias com orçamentos mais frágeis. Tendo aprovado um conjunto largo de medidas, que os senhores Vereadores reconheceram que se tratava de uma situação inflacionista em que viviam. Todos reconheciam que o custo dos



materiais, dos produtos e dos serviços continuavam a aumentar substancialmente, incluindo o custo dos combustíveis.

Os serviços da câmara funcionavam com um consumo de combustível, apesar das medidas que tomaram, por exemplo, com a aquisição de alguns carros híbridos e na aquisição de alguns carros elétricos, mas continuavam a consumir muito combustível e sabia-se qual foi o aumento dos combustíveis e da energia no seu conjunto.

O senhor Vereador Carlos Rabaçal já tinha referido quanto foi os custos da energia para os serviços das águas anteriormente comparado com os custos atuais.

Mais um conjunto de medidas sociais iam no mesmo sentido das que foram feitas no ano anterior, no apoio aos transportes públicos e aos transportes escolares, mantendo a redução de dez euros no passe municipal e as crianças e os jovens que circulavam nos transportes em Setúbal faziam-no gratuitamente, a Câmara Municipal suportava o diferencial daqueles grupos que tinham que pagar e relativamente às refeições das crianças que estavam nas nossas escolas as mesmas não pagavam as refeições.

Disse que para além dos investimentos, na qualificação do território, na procura de melhorar progressivamente a qualidade de vida das pessoas, ainda tinham aquelas medidas sociais que reconheciam que seriam fundamentais.

O movimento associativo, também, tivera apoios significativos, numa bolsa aprovada no ano anterior, tendo sido reduzida no ano de 2023, mas ainda algo muito significativa, para além dos 450 mil euros para as situações que estavam identificadas no movimento associativo, que precisavam de obras urgentes nas suas instalações, para além do compromisso de encontrar instalações para as coletividades que não tinham instalações.

Ainda havia um caminho a percorrer até ao final do mandato e esperavam que conseguissem cumprir aquilo que foi o compromisso que estabeleceram com o movimento associativo.

O senhor Vereador Joel Marques poderia contar todas as histórias que quisesse e os números poderiam ser manipulados, no entanto, tudo aquilo que constava no orçamento era o que estava no orçamento e não poderia ser adulterado.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Referiu que quando um partido político acusava outro partido político numa Câmara Municipal de ter aumentado a verba para a publicidade, considerava inacreditável, porque era das primeiras coisas que faziam todos os executivos camarários quando ganhavam as eleições, era aumentar as verbas para propaganda. Ainda por cima vindo do PS, que eram os mestres da propaganda, era inacreditável, no entanto, sabiam bem as razões por que aquilo acontecia.

Disse que o orçamento era um documento de grande complexidade e a sua elaboração levava muito tempo, requeria o contributo de muitos técnicos e requeria muito trabalho.

Os vereadores com pelouros tinham um corpo de funcionários que lhes davam esse apoio e elaboravam o documento que depois os senhores vereadores tratavam politicamente para apresentar em reunião.

Os vereadores da oposição, para além de não terem funcionários à sua disposição, tinham de se socorrer dos militantes do partido e dos amigos que sabiam alguma coisa, que nunca estavam a tempo inteiro à disposição, porque tinham as suas vidas, não tendo pelouro, teriam que dividir o seu tempo entre a Câmara Municipal e a sua vida profissional.

Significava que teriam de ter uma relação de confiança com os vereadores que tinham pelouro e essa relação não poderia nem deveria ser quebrada, principalmente pelos vereadores que tinham pelouro. As dúvidas que colocavam, as perguntas que faziam, os requerimentos que formulavam teriam que ter respostas acertadas no sentido de que essa relação de confiança não fosse quebrada.

Disse que o orçamento era um documento onde constavam as receitas, as despesas, como pagavam as dívidas e tudo isso consubstanciava num projeto, que no caso da Câmara Municipal de Setúbal tinham três visões da cidade, sendo que a visão preponderante era, obviamente, a visão de quem ganhou as eleições, que foi a CDU. Significava que aquele projeto foi o projeto que os setubalenses quiseram para a sua cidade e para o seu concelho.

No que respeitava às promessas do PSD na campanha eleitoral não cediam, de tal forma que apresentaram várias propostas relativamente aos impostos, tendo sido aprovadas não juntamente com a CDU, mas juntamente com o Partido Socialista, porque o Partido Socialista também prometera em campanha eleitoral essas medidas, porque era essa a aritmética atual da Câmara de Municipal.

Disse que o projeto para a cidade de Setúbal e para o concelho que os setubalenses escolheram foi o da CDU, pelo que teriam de fazer um esforço para respeitar a vontade da maioria dos setubalenses que votaram maioritariamente na CDU. Sem prescindir de fazer as suas críticas, sem prescindir de fazer as suas sugestões, teriam de considerar que foi aquele o projeto vencedor e isso era a democracia a funcionar com estabilidade e a democracia a funcionar principalmente com respeito pelos cidadãos do concelho e pela vontade manifestada nas eleições.

Disse que se efetuassem a tarefa de realizar um orçamento e fossem a força maioritária na câmara, teriam outras prioridades, que alguém poderia classificar como menores, mas considerando a relação de proximidade que existia entre a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia e a população, não seriam questões menores, mas seriam questões maiores.

Relativamente ao estacionamento consideravam ser o maior número de queixas que recebiam relativamente ao estacionamento nas zonas residenciais. Aquele problema teria que ter uma solução rápida, porque se avolumaram as queixas relativamente à questão do estacionamento.

Referiu que a questão das passadeiras, que muito falaram na campanha eleitoral, continuava invisíveis, estando elas à disposição principalmente dos mais idosos que tinham dificuldade em atravessar as estradas e precisavam de uma sinalização forte, pelo que seria uma medida urgentíssima.

Relativamente à questão dos jardins, havia a necessidade de mais jardins, principalmente na parte de cima da cidade.

Quanto à circulação das pessoas com deficiência, disse que tinha que ter uma melhor resposta, porque atualmente era difícil uma pessoa com deficiência circular na cidade e no concelho, também tinham de ter uma atenção especial para com os idosos na questão da mobilidade assim como das crianças.

No que se referia aos transportes públicos, sabendo que tinha havido melhorias, disse que teriam de melhorar mais, porque a perceção que as pessoas ainda tinham dos transportes públicos em Setúbal era negativa, tudo começou muito mal. Sabia que a grande responsabilidade não era da Câmara, mas as pessoas imputavam a responsabilidade à Câmara Municipal.

Disse haver momentos na cidade em que o trânsito não circulava, em que o trânsito parava durante demasiado tempo e era preciso uma atenção especial àquela situação.

Aquelas questões que alguns designavam por questões menores para os vereadores do PSD eram questões maiores, devendo ter resposta não só orçamental como também política.

Os vereadores do PSD pretendiam que o executivo da CDU cumprisse o seu mandato até ao fim, porque era isso que os setubalenses tinham a certeza que queriam, o mesmo acontecia a nível nacional, porque os portugueses quando votavam pretendiam da parte de quem ganhasse as eleições, cumprisse o mandato até ao fim, por essa razão o sentido de voto seria a abstenção.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Começou por fazer uma declaração de interesses: *“Esta bancada é constituída por pessoas que têm a sua atividade profissional, tem a sua atividade política, honram os compromissos que assumem e as responsabilidades que assumem quando se candidatam e quando são eleitas e analisam sempre, apesar de todo o esforço que tal acarreta, integralmente todas as propostas que aqui são trazidas, sejam elas propostas de grande complexidade como é o caso de um orçamento ou propostas de menor complexidade, como um apoio concedido a uma associação ou coletividade”*.

Conforme as declarações anteriores do senhor Presidente, o mesmo não apresentara uma proposta de fixação de impostos, quer do IMI, quer do IRS, porque foi a oposição a fazê-lo, ao

ter tomado a dianteira. O Partido Socialista já desde maio que insistia na proposta que foi finalmente aprovada na reunião anterior.

Disse pretender recordar ao senhor Presidente que a proposta apresentada pelos Vereadores do Partido Socialista na reunião anterior, não foi enviada na semana anterior, mas logo após o chumbo das propostas do IMI e do IRS na reunião de outubro, tendo solicitado ao gabinete de apoio à presidência que fossem agendadas apenas para a reunião em que estivessem agendadas outras propostas com o mesmo teor, pelo que seria do total conhecimento daquele executivo e do gabinete de apoio à presidência de que aquelas propostas estavam em “*pipeline*” para poderem ser agendadas quando houvesse outras propostas, que incidissem sobre as mesmas temáticas.

Pelo facto, seria absolutamente verdade que a CDU desistira de fixar política fiscal naquele município e era absolutamente verdade que a única proposta do mandato da CDU sobre a fixação do IMI foi para aumentar e não para reduzir, para aumentar de 0,37 para 0,40, do mesmo modo que as propostas de apoio às famílias apresentadas no ano anterior e votadas favoravelmente não foram particularmente distintas do conjunto de propostas que aprovaram na reunião anterior.

A principal diferença foi uma proposta que surpreendentemente a CDU aprovava, a proposta de criação de um benefício fiscal em sede de IMT, porque de resto, as propostas foram muito semelhantes àquilo que já tinha sido aprovado. Claramente a CDU escolhera outro caminho, que era uma opção válida, porque poderiam tomar a iniciativa ou poderiam ficar à espera que outros tomassem a iniciativa e senão concordassem com a iniciativa, protestavam.

A CDU decidira para aquele ano no que respeitava à fixação de política fiscal protestar em vez de decidir, protestar em vez de apresentar propostas, protestar em vez de dizer aos setubalenses aquilo que claramente defendia, corporizando numa proposta discutida em reunião de câmara aquilo que era o seu entendimento sobre a política fiscal do município.

**Sr. Presidente** – Disse que o senhor Vereador insistia, pelo que teria de voltar a dizer que tivera as propostas que não conseguiram ser aprovadas em maio, tendo ficado reservadas para quando outra força política apresentasse as propostas. Quando o PSD apresentara as propostas, também seguiram as do Partido Socialista. A CDU não tinha de apresentar na reunião anterior nenhuma proposta, porque a CDU apresentava as propostas quando achava que deveria apresentar. Tal como apresentou, naquele dia, a proposta da derrama, também, teria apresentado as propostas do IMI e do IRS. Como os senhores vereadores entenderam aprovar as propostas na reunião anterior, não deveriam vir dizer que a CDU não estava com atenção àquilo que se estaria a passar. Disse que aquilo era uma forma de “*chutar para canto*”, era uma forma própria que o senhor vereador tinha de encontrar qualquer coisa para contornar os problemas.

O executivo CDU tinha uma forma de estar que era muito direta, a primeira e principal preocupação era resolver o problema dos municípios, fossem daqueles que nasceram, fossem daqueles que escolheram Setúbal e Azeitão para viver. Sabia que a preocupação dos vereadores era um pouco ao lado, mas haveria que registar e haveria que respeitar, tal como dizia o senhor vereador Fernando Negrão, era a democracia e cada um tinha o direito de fazer e de tratar os assuntos conforme entendia. A CDU tinha uma forma séria, transparente e aquilo que apresentaram foram compromissos. Algumas das propostas de investimento de que ali falaram ainda faltava ir à Assembleia Municipal, mas na Câmara Municipal os senhores vereadores já tinham votado as propostas por unanimidade, sendo que algumas já estavam em desenvolvimento.

A qualificação do território levava a que tivessem um investimento privado de valor tão elevado como jamais acontecera em Setúbal e também tinham o investimento público, por iniciativa municipal, de valor que não havia memória naquele concelho, sendo do Orçamento de Estado, sendo por candidaturas que apresentavam a fundos comunitários, que levavam a aumentar o investimento, mas sendo da iniciativa do executivo CDU, sendo que em muitas candidaturas obtiveram no final majorações, pelo facto de a Câmara Municipal de Setúbal

estar sempre com candidaturas para aproveitar fundos que, se não fossem investidos em Portugal, regressariam à União Europeia.

A Câmara estaria sempre com a disponibilidade para aproveitar aqueles fundos e em muitos casos ganhavam prémios. Os investimentos da Câmara foram majorados em variadíssimas situações.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que quando tinha sido apresentado o Orçamento de Estado pelo Governo, a ministra da presidência fizera algumas declarações à comunicação social e tentara explicar, por que não poderia haver um abaixamento de impostos, sendo que um dos motivos estaria relacionado com a questão das condições que o Governo do PS criou para os trabalhadores. Desde aquela altura até ao presente muita coisa mudara, sendo que muitas decisões incorporadas no Orçamento de Estado haviam sido alteradas, como, por exemplo, a questão do IUC. Não se sabia por que razão era inicialmente de uma maneira e depois passara a ser de outra. A questão da carga fiscal não poderia ser arma de arremesso para em determinadas matérias não haver possibilidade de ser diferente e no município de Setúbal ser de outra maneira daquilo que eram as fundamentações das suas propostas. Havia sempre uma certa dualidade que ia sempre para cima da mesa, com a questão de que as políticas do município tinham de ser muito diferentes daquilo que eram as políticas feitas de quem estava no Governo. Disse ser importante que aquilo fosse dito, porque parecia viverem em dois países e com partidos diferentes, com duplas ou triplas personalidades.

No Município de Setúbal as coisas não seriam diferentes do que acontecia nos outros municípios e todos tinham compromissos que assumiam, nomeadamente com a questão dos trabalhadores, os quais deveriam ser cumpridos.

Informou o senhor Vereador que tinham no Orçamento da Câmara verbas para a ADSE, porque os trabalhadores tinham seis meses para apresentarem as suas despesas e todas as despesas realizadas até 31 de dezembro tinham que ter cabimento na Câmara Municipal e tinham que ser comparticipadas pela Câmara Municipal, daí terem surgido várias rubricas relativamente à questão da ADSE.

Aquilo que estavam a viver relativamente à ADSE tinha sido um autêntico esbulho, já tinha havido bastantes negociações sobre aquela matéria, finalmente a ADSE iria assumir as suas responsabilidades. Viviam numa situação de injustiça, em que os trabalhadores das autarquias descontavam exatamente o mesmo que os trabalhadores da Administração Central e as câmaras municipais ainda eram sobrecarregados, que por ano se estimava em mais de 70 milhões de euros, que no caso da Câmara Municipal de Setúbal seria um valor muito significativo.

Disse que uma das maiores fatias do orçamento estaria relacionado com a área da transferência de competências, nomeadamente nas funções da educação e daquilo que eram os défices apurados no ano 2022 e no ano 2023, relativamente às transferências de competências e à maior parte das rubricas, nomeadamente em relação ao pessoal, no qual o défice já estava à volta de um milhão e duzentos mil euros só em pagamentos de salários no ano 2023. Sendo inaceitável o que continuava a acontecer, havia poucas palavras relativamente à regularização daquela situação, em défices que se iam acumulando.

Relativamente ao pessoal, no ano anterior, falavam de um défice perto de setecentos mil euros e em 2023 acrescia mais um milhão e duzentos mil euros, o que era inaceitável, além de outras matérias que também estavam em défice, como era o caso das refeições, do transporte e até das atividades de enriquecimento curricular.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que gostaria de esclarecer uma questão para que não houvesse dúvidas. O senhor Vereador Joel Marques fizera uma breve intervenção, à qual saudava, por ser uma breve intervenção.

Na referida intervenção referira que ele e os seus camaradas vinham sempre muito bem preparados para as reuniões, o qual não contestava, no entanto, o senhor Vereador Joel Marque não percebeu aquilo que explicou aquando da sua intervenção, referira que os

Vereadores da oposição sem pelouro teriam muito mais dificuldades em preparar-se para as reuniões dos que os Vereadores com pelouro.

Disse ser bom que aquilo fosse referido porque a maioria das pessoas, achavam que os vereadores sem pelouro tinham o mesmo apoio que tinham os vereadores da CDU com pelouro. Referiu que seria bom que ficasse claro, porque os vereadores da oposição não tinham esse apoio. Apenas tinham o apoio dos amigos e dos companheiros, que tinham alguma disponibilidade de tempo e de conhecimento para o devido efeito. Se o senhor Vereador Joel Marques vinha muito bem preparado, os outros Vereadores também vinham bem preparados.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor da CDU, 4 votos contra do PS e 2 abstenções do PPD/PSD.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram 22 horas e 3 minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,

André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 24 de janeiro de 2024, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 30 folhas numeradas.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,

Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por: Carlos Mendes e Vítor Marcos

Conferida por: Ana Paula Lico

Revista por: Paulo Hortênsio